

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CLARICE CARVALHO RODRIGUES SILVA**

**O RETORNO DO EUROCRETICISMO? UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA  
CRISE FINANCEIRA NA IDENTIDADE EUROPEIA**

**GOIÂNIA**

**2021**

CLARICE CARVALHO RODRIGUES SILVA

**O RETORNO DO EUROCEITISMO? UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA  
CRISE FINANCEIRA NA IDENTIDADE EUROPEIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado à Escola de Direito, Negócios e  
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás, como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Relações Internacionais.  
Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

GOIÂNIA

2021

Silva, Clarice Carvalho Rodrigues. 2021.

O retorno do Euroceticismo? Uma análise dos impactos da crise financeira na identidade europeia / Clarice Carvalho Rodrigues Silva. – Goiânia, 2021.  
Total de folhas: 70 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2021.

1. União Europeia. 2. identidade. 3. crise de 2008. 4. Euroceticismo. 5. Extrema-direita. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. O retorno do Euroceticismo: uma análise dos impactos da crise financeira na identidade europeia

## FOLHA DE APROVAÇÃO

CLARICE CARVALHO RODRIGUES SILVA  
O RETORNO DO EUROCEITISMO? UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA  
CRISE FINANCEIRA NA IDENTIDADE EUROPEIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado à Escola de Direito, Negócios e  
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás, como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Relações Internacionais.  
Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Aprovada em 09 de dezembro de 2021.

### BANCA EXAMINADORA:

---

Dr. Danillo Alarcon (PUC Goiás – orientador)

---

Dr. Pedro Araújo Pietrafesa (PUC Goiás)

---

Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado (PUC Goiás)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha família, por acreditar em mim, me incentivar e me apoiar na minha trajetória acadêmica, tanto neste momento, quanto em breve. Agradeço em especial aos meus pais, Adriana e Marcelo, por darem suporte e serem compreensivos nestes quatro anos, principalmente nos tempos difíceis em que todos nos encontramos.

Agradeço ao Tiago por ser sempre o meu maior incentivador, pelo afeto e pela ajuda em todos os momentos, essa conquista é o começo de grandes objetivos que alcançarei ao seu lado.

Agradeço ao meu orientador, Danillo Alarcon, pela brilhante orientação, aos nossos debates e conversas, às dicas e planos de futuro. Este processo foi bem-sucedido graças ao seu mérito como excelente profissional, espero que nos encontremos algum dia na Europa. Aos demais professores do curso, por serem mensageiros do conhecimento que me trouxeram a este ponto, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos meus colegas e amigos, Caroliny, Felipe, Raquel e Henrique, pelo companheirismo em todos as situações; pelos trabalhos, seminários, resenhas e provas feitos em todos os semestres destes quatro anos; pelas piadas e fofocas; pela compreensão e pela empatia. Sem vocês eu não chegaria aqui.

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar o euroceticismo a partir dos impactos da crise financeira de 2008 na União Europeia com um enfoque para o viés identitário europeu. Para alcançar tal objetivo é utilizada a análise qualitativa de revisão bibliográfica sobre a construção da União Europeia, a formação identitária, a crise de 2008 e o extremismo de direita, entre outros temas complementares para o debate. Outrossim, são utilizadas fontes jornalísticas e sondagens de opinião do Eurobarômetro para embasar os casos nacionais e supranacional citados e as reações populares, respectivamente. Dessa forma, são abordados os níveis de confiança na União Europeia e a percepção da população, principalmente no período de crise, da ação das instituições. Divide-se, assim, no período de integração do bloco e estabelecimento dos seus arranjos institucionais, mais a formação de uma identidade europeia, o decorrer da crise e fatores chaves desta na UE, uma análise do euroceticismo pelo viés popular e a ascensão da extrema direita no pós-crise. Neste contexto, foi possível perceber que a ascensão do euroceticismo e da extrema-direita na Europa, por mais que fortalecidas pela crise econômica, não podem ser explicadas unicamente por ela, sendo resultado de uma conversão de questões históricas, políticas e sociais, principalmente ligada a fatores culturais e identitários, em um contexto de multiculturalismo e globalização.

**Palavras-chave:** União Europeia; identidade; crise de 2008; Euroceticismo.

## ABSTRACT

This paper analyzes Euroscepticism from the impacts of the 2008 financial crisis on the European Union with a focus on the European identity bias. To achieve this objective, qualitative analysis of a bibliographic review on the construction of the European Union, the formation of identity, the 2008 crisis and right-wing extremism, among other complementary themes for the debate, is used. Furthermore, journalistic sources and Eurobarometer opinion polls are used to support the the national and supranational cases mentioned and the popular reactions, respectively. In this way, the levels of confidence in the European Union and the perception of the population, especially in the period of crisis, of the action of institutions are addressed. Thus, in the period of integration of the bloc and establishment of its institutional arrangements, plus the formation of a European identity, the course of the crisis and its key factors in the EU, an analysis of Euroscepticism by popular bias and the rise of the extreme right in the post-crisis. In this context, it was possible to see that the rise of Euroscepticism and the extreme right in Europe, despite being strengthened by the economic crisis, cannot be explained solely by it, being the result of a conversion of historical, political, and social issues, mainly related to cultural and identity factors, in a context of multiculturalism and globalization.

**Keywords:** European Union; identity; 2008 crisis; Euroscepticism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUE – Ato Único Europeu  
BCE – Banco Central Europeu  
BENELUX - Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo  
CE – Comunidade Europeia  
CECA - Comunidade Europeia do Carvão e Aço  
CED - Comunidade Europeia de Defesa  
CEE – Comunidade Económica Europeia  
EBA – Autoridade Bancária Europeia  
EFSM - Mecanismo de Estabilização Financeira Europeia  
EIOPA - Autoridade Europeia de Seguro e Pensões Ocupacionais  
ESMA - Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e Mercados  
ESRB - Conselho Europeu de Risco Sistémico  
EUA – Estados Unidos da América  
EURATOM - Comunidade Europeia de Energia Atômica  
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
FEEF - Fundo Europeu de Estabilização Financeira  
FSE - Fundo Social Europeu  
JAI – Assuntos Externos e de Justiça  
MEE - Mecanismo Europeu de Estabilidade  
OECE - Organização Europeia de Cooperação Económica  
OTAN - Tratado do Atlântico Norte  
PCE - Pacto de Crescimento e Estabilidade  
PESC - Política Externa e de Segurança Comum  
PIIGS - Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha  
RFA – República Federativa da Alemanha  
SME - Sistema Monetário Europeu  
TFUE - Tratado de Funcionamento da União Europeia  
TMD - Transações Monetárias Definitivas  
TUE – Tratado da União Europeia  
UE – União Europeia  
UEO - União da Europa Ocidental  
UKIP - Partido da Independência do Reino Unido

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 A FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE EUROPEIA.....</b>	<b>14</b>
1.1 A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE EUROPA ATÉ 1986.....	14
1.1.1 Fase 1: As fundações da integração europeia (1947-1957).....	15
1.1.2 Fase 2: A consolidação do modelo de Comunidade (1961-1966).....	17
1.1.3 Fase 3: O “relançamento” do processo de integração (1969-1986).....	18
1.2 DE MAASTRICHT ATÉ LISBOA: AS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA.....	20
1.2.1 Fase 4: Ajustando o sistema institucional (1991-2002).....	20
1.2.2 Fase 5: O momento “constitucional” (2004-2009).....	23
1.3 AS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS E A QUESTÃO DA IDENTIDADE	25
1.3.1 Conceituando uma identidade europeia.....	27
1.3.2 A identidade no âmbito da União Europeia: um exercício nos anos 1970.....	29
<b>2 A CRISE DE 2008 E O IMPACTO POLÍTICO E SOCIAL NA UNIÃO EUROPEIA.....</b>	<b>32</b>
2.1 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE FINANCEIRA.....	32
2.1.1 A crise no contexto mundial.....	33
2.2 A CRISE DA ZONA EURO.....	35
2.2.1 Questões estruturais da União que favoreceram a crise.....	35
2.2.2 O desenrolar da crise e as respostas da União Europeia.....	38
2.2.3 Consequências: a opinião pública em relação à União Europeia.....	41
<b>3 OS DESDOBRAMENTOS NO PÓS CRISE: AS RESPOSTAS ELEITORAIS E O EUROCETICISMO EM MÚLTIPLOS NÍVEIS.....</b>	<b>44</b>
3.1 HAVIA UMA IDENTIDADE EUROPEIA DIANTE DA CRISE?.....	44
3.1.1 Respostas supranacionais: pesquisas de opinião.....	45
3.1.2 Respostas nacionais: as eleições nos países membros.....	48
3.1.3 Respostas Partidárias no Parlamento Europeu.....	53
3.2 EXTREMISMO E IDENTIDADE NA UNIÃO EUROPEIA.....	57

3.2.1 Definindo a nova Extrema Direita.....	57
3.2.2 A ascensão da Extrema Direita na Europa.....	60
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	67

## INTRODUÇÃO

Quando a União Europeia (UE) se firmou de forma definitiva, em 1992, com a assinatura do Tratado de Maastricht, unindo parte dos países europeus, estes já haviam se estabelecido como nações, já possuíam sua cultura e identidade e sua história. A partir disso, a formação de uma identidade europeia única pautada nos valores do bloco se fez necessária, visto que a livre circulação de pessoas e as decisões mútuas em relação ao futuro da União precisavam de uma convergência de ideais por parte de todos os membros e suas respectivas populações.

A formação identitária e cultural de uma nação se pauta em uma representação, um discurso que busca homogeneizar hábitos, costumes e povos diferentes conferindo-lhes semelhanças construídas. Essas imagens criam, assim, sentimentos e práticas sociais que despertam na população um sentimento de pertencimento (ANDRADE, 2010). Esses processos quase nunca são unânimes e demandam uma convergência entre elites políticas tomadoras de decisão e a população, o que no caso da União Europeia não se observa em um primeiro momento. Além disso, a formação identitária pode sofrer com percalços como crises políticas e econômicas. Neste sentido, a crise econômica de 2008, com suas consequências econômicas, sociais e políticas, é um marco relevante para o descontentamento popular e euroceticismo, sendo considerada um possível estopim para o contexto ultranacionalista recente.

O ressurgimento de movimentos nacionalistas e ultranacionalistas nos últimos anos vem levantando debates em todo o mundo, e principalmente no continente europeu. A globalização e seus efeitos transnacionais e difusores, em diversas áreas, vêm enfraquecendo o poder estatal tradicional, o que pode amplificar os discursos nacionalistas e os sentimentos de patriotismo extremo em várias nações. Além disso, a UE como organismo supranacional de cunho político e econômico pode ser entendida como limitadora dos processos de decisões nacionais e externas dos países membros, de forma a provocar certo descontentamento dentro das lideranças e populações nacionais. Como um exemplo deste desconforto é possível citar o caso do Brexit, processo de saída do Reino Unido da União Europeia concluído em 2020, que teve como um de seus fatores a opinião popular por meio de um plebiscito ocorrido em 2016, no qual 52% dos eleitores britânicos optaram pela saída do bloco (BBC Brasil, 2020).

Assim, a ressurgência do ultranacionalismo que assola membros do bloco europeu é elemento de estudo por diversos acadêmicos, e o viés identitário europeu como ponto

de equilíbrio entre os sentimentos nacionais e supranacionais se mostra relevante para analisar este debate e seus desdobramentos futuros. Ademais, esta questão identitária também tem bastante impacto no âmbito da União Europeia, já que é demonstrada como uma das questões centrais para o sucesso do bloco em termos gerais, sobretudo, com o processo de saída do Reino Unido do bloco (Brexit) por consulta popular.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar o euroceticismo a partir das consequências da crise financeira de 2008 no bloco da União Europeia focando especificamente na questão identitária e das respostas populares – em pesquisa de opinião e eleições – às autoridades estabelecidas na condução da crise. A hipótese é que a crise de 2008 foi um fator primordial para o aumento do euroceticismo e a reascensão de partidos extremistas, especialmente de direita.

O aspecto evidentemente econômico da crise de 2008 e seus desdobramentos na UE, especialmente, é muito relevante. Mas este trabalho se preocupou em observar o impacto identitário, ou seja, a forma como as coletividades avaliaram e responderam às políticas adotadas para a superação de uma crise que se desenrolou no contexto complexo que envolvia as dificuldades individuais cotidianas, políticas estatais e a necessidade de conciliação supranacional.

Neste sentido, procura-se dar enfoque à opinião pública, já que se pressupõe que esta transmite os ideais da população estudada a respeito de temas diversos, sendo utilizada aqui para tratar das questões que compõem e moldam sua confiança e pertencimento em relação à UE. Para alcançar tal fim serão utilizadas a análise qualitativa de revisão bibliográfica sobre a UE, identidades (tanto em um âmbito geral, quanto especificamente europeia), a crise de 2008 e o extremismo de direita, entre outros temas complementares para o debate. Outrossim, são utilizadas fontes jornalísticas e sondagens de opinião do Eurobarômetro para embasar os casos citados e as reações populares, respectivamente.

Para demonstrar a construção da União Europeia utilizamos majoritariamente Cristina Pecequilo (2014) e Antônio Lessa (2003), posteriormente, em relação à formação identitária europeia utilizamos Fligstein et. al. (2012) e Ciaglia et. al. (2018). Passando para a crise financeira, no âmbito mundial utilizamos Richard Payne (2017) e no âmbito do bloco Caporaso et. al. (2015) e Vivien Schmidt (2016). Para apresentar e debater as reações populares à crise utilizamos as pesquisas de opinião do Eurobarômetro de 2009 a 2014, com foco também nas questões relacionadas à crise financeira; para os casos nacionais utilizamos fontes jornalísticas, além das considerações de Karl Schurster (2015)

e Liisa Talving (2017); e para as eleições parlamentares utilizamos o Estudo Eleitoral de 2014 feito pelo Eurobarômetro e a análise de Emanuele et. al. (2016). Por fim, a respeito do recorte com foco para a extrema-direita, utilizamos principalmente Rodrigo Rodrigues (2018) e Francis Fukuyama (2018).

Este trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro, abordaremos sobre a União Europeia em si, buscando explicar a construção do bloco desde a sua concepção até a assinatura do último tratado constituinte, o Tratado de Lisboa, delimitando os principais eventos e instrumentos do processo e dando uma breve explicação a respeito das instituições que formam a união. Ademais, trataremos sobre a questão da identidade europeia e como as instituições lidaram com este elemento no decorrer do projeto europeu.

No segundo, trataremos a situação da crise financeira de 2008 como recorte temporal catalisador da insatisfação populacional para com o bloco, apresentando este evento em um contexto mundial mais geral, primeiramente, para depois aprofundar a questão da crise da zona do euro, analisando as estruturas do bloco e as ações tomadas por ele no enfrentamento à crise. Ao final, trataremos de forma introdutória as reações populares ao contexto de crise.

No terceiro e último capítulo serão tratadas mais profundamente as consequências da crise em termos sociais e políticos, com a análise das pesquisas de opinião e eleições nos âmbitos nacionais e supranacional. Trataremos um enfoque para o ressurgimento da extrema direita no continente, conceituando o movimento e buscando entender seus desdobramentos em relação a uma identidade europeia, além de como ele impacta o bloco em si. Por fim, apontamos as conclusões que apresentam os dados conflitantes encontrados sobre a percepção ainda favorável à UE no período da crise e após ela, e o aumento do euroceticismo com a ascensão e eleição de partidos eurocéticos nos âmbitos nacionais e supranacional.

## **1 A FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE EUROPEIA**

Neste capítulo abordaremos a União Europeia e seu contexto histórico de criação e desenvolvimento. Neste sentido destacaremos os tratados que a constituem, além das instituições que garantem seu funcionamento, buscando assim apresentar o bloco de forma clara para fundamentar os debates que se seguirão. Separa-se, portanto, em dois momentos: (1) da sua concepção ao Ato Único Europeu e, (2) do Tratado de Maastricht até o Tratado de Lisboa. Essa divisão foi feita para facilitar e melhorar o entendimento, visto que tratamos de uma grande quantidade de anos e de acontecimentos.

Ademais, conceituaremos “identidade”, de modo geral e em específico no contexto europeu, trazendo a discussão da relevância desta frente aos âmbitos nacional e supranacional. Ainda, evidencia-se o posicionamento das instituições da UE em relação à identidade, de forma a entender melhor como se dá essa interação. Neste capítulo objetivamos explicar a construção da União Europeia a partir de eventos chaves, visando entender melhor a complexidade histórica de sua estrutura, além da forma em que a identidade europeia é pensada e criada neste contexto.

### **1.1 A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE EUROPA ATÉ 1986**

Desde o século XVII existe o pensamento político e filosófico de que uma paz perpétua mundial seria possível baseada na prosperidade e cooperação do continente europeu. De contribuições de Maximilien de Béthune e Abade Saint-Pierre à Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant, uma concepção de projeto de união europeia data de muito antes das duas Grandes Guerras do século XX, quando os esforços efetivos para a construção desta utopia começaram a ser empregados (LESSA, 2003).

No século XX, a integração do continente se apresentou de forma mais urgente como uma solução para a prevalência da paz e cooperação sobre o conflito, objetivando a reconstrução das nações europeias e tornando difícil que outra guerra fosse travada. Ademais, Cristina Pecequilo (2014) apresenta algumas tendências mundiais que influenciaram o ritmo de início do processo de integração na Europa, como a crescente hegemonia estadunidense, a criação do sistema multilateral e o começo da Guerra Fria.

Renaud Dehousse e Paul Maignette (2017) dividem a história institucional da União Europeia em cinco fases, cada qual com suas peculiaridades e dinâmicas de

mudanças. Esta divisão contribui para o entendimento do processo, facilitando a visualização do projeto e suas adaptações institucionais quase permanentes, além de delimitar padrões na integração europeia, assim, nesta seção serão abordadas as três primeiras fases da integração europeia: as fundações, a consolidação do modelo de Comunidade e o relançamento.

### 1.1.1 Fase 1: As fundações da integração europeia (1947-1957)

O primeiro impulso concreto para o projeto europeu se deu em 1947 com o Plano Marshall, um programa de auxílio econômico envolvendo os Estados Unidos da América (EUA) e o Canadá para os países europeus que abrissem suas barreiras comerciais dentro do próprio continente, além de visar à cooperação na criação de uma organização europeia para administrar o programa. Dessa forma, foi fundada a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) em 1948, sendo constituída por 16 países, consolidada como fórum de planejamento conjunto para melhorias em infraestrutura, condições de trabalho, comércio e pagamentos (NELLO, 2012; PECEQUILO, 2014).

Já em 1949, foram estabelecidas duas instituições relevantes para o processo de integração: primeiro, a assinatura do Tratado do Atlântico Norte que estabeleceu a Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como aliança de segurança coletiva e defensiva, a princípio contra a União Soviética, que possuía papel importante nas relações internacionais em geral, mas principalmente em relação à hegemonia estadunidense frente às velhas potências do continente europeu; segundo, a criação do Conselho da Europa, que fora vislumbrada como uma organização supranacional com assembleia internacional de caráter parlamentar, porém, por oposição britânica e escandinava, o Conselho acabou não se tornando uma instituição da União Europeia, ainda que tenha possibilitado diversos debates e iniciativas para o progresso da integração (PECEQUILO, 2014; NELLO, 2012).

Com a rápida recuperação das nações europeias (especialmente a RFA<sup>1</sup>) devido às ações incorporadas desde 1947, veio a necessidade de estabelecer um conteúdo mais concreto à retórica da integração, de modo a garantir de forma material a impossibilidade de novos conflitos. Assim surgiu em 1950 o Plano Schuman, elaborado por Jean Monnet,

---

<sup>1</sup> República Federativa da Alemanha – com o fim da Segunda Guerra Mundial a Alemanha teve seu território repartido e ocupado pelas nações que saíram vitoriosas, a junção das zonas ocidentais resultou na criação da RFA.

responsável pelo programa de recuperação econômica na época, e lançado por Robert Schuman, o então ministro de Negócios Estrangeiros francês, com o objetivo de criar um mercado comum para aço e carvão no continente, cuja produção deveria estar sob uma Alta Autoridade supranacional que eliminaria barreiras tarifárias e aumentaria a competição. Para esse fim, foi assinado o Tratado de Paris, estabelecendo a Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA) em 1951, impulsionando a causa federalista pela preponderância do elemento supranacional que recebia resistência de alguns países (PECEQUILO, 2014; NELLO, 2012; LESSA, 2003).

Buscando uma aceleração do processo de integração e decorrente a esta aceitação geral ao “federalismo parcial”, o governo francês propôs uma “transposição da abordagem técnica” do Plano Schuman para a área da defesa, com o projeto de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED), assinado por meio de tratado em 1952, na qual seria criado um exército comum europeu provido pelos Estados-membros (LESSA, 2003). Contudo, o próprio parlamento francês, que havia anteriormente aprovado a ideia da CED, se recusou a ratificar o tratado em 1954, pelas objeções feitas por partidos de direita e de esquerda do país (NELLO, 2012).

As preocupações em relação a um rearmamento da Alemanha por meio da CED, que se enquadraram em um dos motivos pela não ratificação do tratado, foram aliviadas com a criação da União da Europa Ocidental (UEO) ainda em 1954, que era constituída pelos Seis (países fundadores da CECA – França, Itália, RFA e Benelux<sup>2</sup>) mais o Reino Unido. A União tinha como objetivos providenciar a estrutura na qual a RFA poderia entrar na OTAN e se rearmar, além de desmantelar a ocupação aliada restante da Segunda Guerra no país, ser um elo entre as nações europeias e a OTAN e permitir a manutenção das forças britânicas (NELLO, 2012; LESSA, 2003).

Em 1955, os Seis se reuniram na Conferência de Messina e estabeleceram o Comitê Spaak, criado com o intuito de propor um “programa estendido de integração” envolvendo ações referentes à energia (convencional e atômica), transporte e comércio. O relatório advindo deste comitê recomendava a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), que estabeleceria um mercado comum entre os Estados-membros em um período de transição de doze anos, e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom), com o propósito de favorecer a formação de uma indústria nuclear europeia (LESSA, 2003).

---

<sup>2</sup> Benelux - união aduaneira entre Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.

As comunidades foram estabelecidas pelos Tratados de Roma de 1957, providenciando a base legal para a CEE e a Euratom, e ambas tiveram inovações em seus desenhos institucionais, mas limitavam o elemento supranacional, com um Poder Executivo comunitário em formato de Comissões independentes dos governos nacionais (LESSA, 2003). De qualquer forma, os Tratados de Roma e seus pilares econômicos e político-estratégicos são um marco para a integração europeia, podendo até considerá-los como o início em si da integração e a origem do bloco europeu (PECEQUILO, 2014).

Dehousse e Magnette (2017), em retrospectiva da fase de fundação, refletem a oscilação constante entre o “meio constitucional” e a abordagem funcionalista<sup>3</sup>, na medida em que os governos dos Estados-membros aceitaram certa limitação de suas soberanias em prol da cooperação continental, mas ainda mantiveram controle do processo de mudança institucional da integração.

Na seção que se segue passaremos a abordar a segunda fase da integração, que teve primórdios nos anos 1960, quando ocorreram os primeiros obstáculos que iriam dificultar, e até mesmo paralisar, a integração por certo período.

### 1.1.2 Fase 2: A consolidação do modelo de comunidade (1961-1966)

Na primeira década após a fase de fundação, no começo dos anos 1960, dois episódios são relevantes: a rejeição dos Planos Fouchet, em 1961/1962, e a crise da “cadeira vazia”. O primeiro diz respeito aos planos do presidente francês Charles de Gaulle, que voltou ao poder em 1958, e que rejeitava tanto a hegemonia estadunidense por meio da OTAN quanto a supranacionalidade da integração europeia criada até o momento. Ele propunha, então, uma expansão do escopo da cooperação em defesa na Europa e a criação de um secretariado administrativo, gerando uma união de Estados em forma de organização internacional intergovernamental (DEHOUSSE; MAGNETTE, 2017; LESSA, 2003).

Os planos foram amplamente rejeitados pelos outros Estados-membros dos Seis, pelo retrocesso que apresentavam e pelo temor do avanço de uma hegemonia francesa no continente. Somado a este contexto, a candidatura de adesão britânica fora vetada por Gaulle em 1961, alegando que aquela possuía mais motivações atlânticas (devido a sua

---

<sup>3</sup> O funcionalismo busca entender uma sociedade a partir das suas regras de funcionamento e das diferentes funções nela desempenhadas.

proximidade com os Estados Unidos) do que europeias (DEHOUSSE; MAGNETTE, 2017; LESSA, 2003).

O segundo episódio se deu pela resistência do presidente francês a novas tentativas de reforçar o supranacionalismo da integração, onde quando, em 1964, este abandonou as reuniões do Conselho Europeu por seis meses, impondo o compromisso de Luxemburgo, que estabelecia a possibilidade de um Estado-membro bloquear proposições que ameaçavam interesses nacionais “vitais”, reduzindo assim a atuação da Comissão Europeia (DEHOUSSE; MAGNETTE, 2017).

Somado a isto também se revelou a crise do Mercado Comum em 1965, no contexto dos preparativos da Comissão e do Parlamento Europeu para o começo do Mercado Comum Agrícola, que caminhava para maior integração econômica. Tal esforço se deparou com oposição firme do governo francês, complementado com o abandono das reuniões, que paralisou e enfraqueceu a integração, demonstrando assim as fragilidades das instituições comunitárias e abrindo espaço para que uma solução de consenso fosse tomada pelos Seis (LESSA, 2003). Assim, em 1965, foi assinado o Tratado de Bruxelas unificando as instituições supranacionais e intergovernamentais (CECA, CEE e Euratom), sem alterar seus poderes e oferecendo mais capacidade de ação, estabelecendo a Comunidade Europeia (CE) em 1967 (PECEQUILO, 2014).

Ademais, finalmente se implementou a união aduaneira e a Política Agrícola Comum (PAC) a partir de 1966, que prevaleciam no cronograma do mercado comum do Comitê Spaak, e que se configuram como etapas fundamentais da construção da integração (LESSA, 2003).

De forma geral, os anos de 1960 constituíram um período de desenvolvimento institucional paradoxal com a constitucionalização da ordem legal da CE frente ao controle dos governos nacionais sobre o processo político. A partir dele, deu-se nova força para o avanço do projeto, além do estabelecimento de novos mecanismos, e foi possível a primeira expansão com a entrada de novos membros, como será demonstrado a seguir.

### 1.1.3 Fase 3: O “relançamento” do processo de integração (1969-1986)

As duas décadas após a fase dois foram de expansão da Comunidade Europeia com o aumento do número de Estados-membros, e a demanda por novas políticas, ao mesmo tempo em que os termos “euroceticismo” e “europessimismo” começaram a surgir. Com a saída de Charles de Gaulle o clima político para a integração se fez mais

favorável, e em 1969, na Conferência da Cúpula de Haia, houve o relançamento da Europa buscando concluir os processos já iniciados e aprofundar a integração, alargando a Comunidade. Neste processo houve a revisão do Tratado de Luxemburgo, dotando a Comunidade Europeia com recursos financeiros e aumentando o poder do Parlamento Europeu (LESSA, 2003; DEHOUSSE; MAGNETTE, 2017).

Com a adesão em 1973 do Reino Unido, Dinamarca e Irlanda, consolidou-se a “Europa dos 9”, e anteriormente, em 1972, fora convocada a Cúpula de Chefes de Estado em Paris, que estabeleceu políticas de desenvolvimento regional e ajuda às regiões menos desenvolvidas, além de políticas setoriais em indústria, desenvolvimento científico e tecnológico, energia e proteção ao consumidor e ao meio ambiente. Contudo, o contexto era de um cenário de instabilidade mundial pelo choque do petróleo e transformação do sistema internacional, desencadeando diversas crises, o que será melhor explicado mais adiante (LESSA, 2003; DEHOUSSE; MAGNETTE, 2017; PECEQUILO, 2014).

Em 1974, outra Cúpula foi convocada abrindo a perspectiva para eleições diretas para o Parlamento Europeu, ocorridas em 1979, o que promoveu, em termos práticos, o andamento do projeto de relançamento da integração frente à crise que perdurou até a década de 1980. Ademais, na área econômica, nos anos de 74 e 75 foram criados fundos de ajuda no modelo de um Plano Marshall europeu, com financiamento intrabloco, sendo eles o Fundo Social Europeu (ESF) e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), além do estabelecimento do Sistema Monetário Europeu (SME), em 1979 (PECEQUILO, 2014).

O início dos anos 1980 foi marcado por ambições de união política para a construção da Europa. O Parlamento Europeu propôs um projeto de tratado sobre a União Europeia em 1981, objetivando uma moldura única para a diversidade de instrumentos jurídicos, redefinindo o processo decisório na estrutura da Comunidade. Já no âmbito do Conselho Europeu, os chefes de Governo elaboraram seu próprio projeto acerca da União. Ambos os projetos convergiam a refletir e reformar as instituições comunitárias, fazendo um comprometimento político (LESSA, 2003).

Com a necessidade de efetivar o mercado comum, abrindo negociações para um novo tratado, foi assinado em 1986 o Ato Único Europeu (AUE), contendo mudanças incrementais, resultado das recomendações do Relatório Tindemans de 1976 para o aprofundamento do bloco. Antes disso, em 1985, o Acordo de Schengen iniciou o processo de abertura de fronteiras entre os Estados-membros, além de estabelecer mecanismos de cooperação intergovernamental de harmonização de políticas em relação

a asilo político e uma base de dados comum, por exemplo (LESSA, 2003; PECEQUILO, 2014). A seguir, estudaremos o processo a partir dos anos 1990.

## 1.2 DE MAASTRICHT ATÉ LISBOA: AS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

O tratado de Maastricht assinado em 1991 marcou a retomada concreta da integração e o avanço sem precedentes para o atual modelo de união. No final dos anos 1980, o futuro da União Soviética e do leste europeu geraram diversas dúvidas para o processo de integração, podendo ter desenvolvimentos positivos ou negativos, como maior segurança com a eliminação do risco soviético e instabilidade política e econômica com a transição dos países do leste do continente, respectivamente (PECEQUILO, 2014).

Além disso, outras duas questões também traziam preocupações: a situação de superpotência dos Estados Unidos e a consequente reunificação e ascensão alemã. A primeira se trata do papel da OTAN e da Europa em si em relação aos EUA, já que o principal objetivo desta aliança era a contenção da União Soviética. Ademais, a hegemonia estadunidense em si e a dependência europeia deste poderia colocar em xeque a autonomia do continente. A segunda, por conseguinte, evidenciava o possível fortalecimento do que já havia sido o “maior” país europeu, trazendo a dúvida de como a Alemanha se portaria em relação à integração, com a possibilidade de se projetar como líder da Europa (PECEQUILO, 2014).

Entretanto, esses temores foram dissipados em parte, já que a transição do leste europeu se fez de forma menos conturbada do que se previa, e devido ao alargamento da atuação da OTAN, que poderia, assim, agir de forma transnacional, estabelecendo um papel relevante para a Europa nas relações internacionais. Por fim, a reunificação da Alemanha em 1990 culminou para o avanço do processo de integração europeia e das metas estabelecidas no AUE, mesmo que este processo tenha resultado no adiamento de algumas delas (PECEQUILO, 2014). Dando continuidade à cronologia da integração, na próxima seção serão abordadas as últimas fases do processo europeu, sendo elas: o ajuste do sistema institucional e o momento constitucional.

### 1.2.1 Fase 4: Ajustando o sistema institucional (1991-2002)

O Tratado de Maastricht foi precedido por três anos de reuniões preparatórias, nas quais houve debates e o delineamento do caminho para a união política e monetária que

se instalaria. Neste contexto, mesmo que houvesse visões opostas e reticências de certos Estados-membros sobre alguns elementos, o progresso foi substancial na maioria dos assuntos tratados, e se gerou convergência em vários deles. Os relatórios destas reuniões preparatórias serviram de base para que o restante dos assuntos pendentes fosse resolvido na Cúpula de Maastricht em 1991, para que – após negociações extremamente difíceis – a minuta do Tratado da União Europeia fosse assinada em 1992, em forma de resolução do Conselho Europeu (pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças dos Estados-membros) (LESSA, 2003).

Dessa forma, a União Europeia passa a ser estabelecida baseada em três pilares: a Comunidade Europeia (CE) – que solidifica o caráter comunitário da integração, fortalecendo as políticas comuns; a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) – que consolida uma ação internacional conjunta; e Assuntos Externos e de Justiça (JAI) – que reforça a interdependência no combate ao crime entre os Estados-membros (PECEQUILO, 2014; PINDER, 2001).

A organização destes pilares deu novo formato a competências preexistentes e estabeleceu novas metas, além de cada um deles possuir atribuições e dinâmicas de formulação de políticas diferentes, assim, os procedimentos decisórios dos pilares variam, sendo o primeiro supranacional, e os outros dois intergovernamentais. Ademais, o tratado entrou em vigência somente em 1993, após diversas consultas populares em certos países como Dinamarca, França, Reino Unido e Alemanha, que aprovaram por pouco o rumo que a integração estava tomando, evidenciando o decréscimo de aprovação populacional para com esta (PECEQUILO, 2014; PINDER, 2001).

O Tratado de Maastricht, como peça fundadora da União Europeia, não possuía todos os elementos necessários para que a construção da integração prosseguisse, já que o tratado ainda estava incompleto e provavelmente precisaria de revisões. Dessa forma, em 1997 foi firmado o Tratado de Amsterdã, cujas mudanças se apresentaram como facilitadoras da expansão do processo da UE com manutenção das políticas de emprego, política externa e segurança, além de uma nova forma de acesso dos Estados-membros às instituições do bloco e a ampliação dos meios de elaboração de políticas e tomadas de decisão. Outra atualização relevante foram as metas de extensão do Acordo de Schengen para a eliminação das fronteiras europeias e a livre circulação de pessoas aos Estados-membros independente da nacionalidade, resultando na criação da Área de Schengen em 1999, estabelecendo na prática uma Europa sem fronteiras (LESSA, 2003; PECEQUILO, 2014; BEST; HANHIMÄKI; MAIOLO; SCHULZE, 2015).

De modo similar à Maastricht, em 2001, o Tratado de Nice também trouxe mudanças significativas ao formato da União, notadamente os poderes de voto relativos dos países individuais no Conselho da União Europeia e o aumento do número de lugares no Parlamento Europeu para o alargamento que viria a seguir em 2004 (com o ingresso de 10 países do leste europeu<sup>4</sup>), além de adaptar as outras instituições com este mesmo propósito. Por conseguinte, em 2002, a União Econômica e Monetária começou a funcionar com a plena circulação do euro em 12 países da união (BEST; HANHIMÄKI; MAIOLO; SCHULZE, 2015; LESSA, 2003).

A estrutura política e institucional do bloco se configura de maneira única, estabelecendo uma governança europeia multinível que é reconhecida como ator no sistema internacional. A necessidade de criar um arcabouço político-social para sustentar a integração no longo prazo, mais as ações de curto prazo para convergir os processos decisórios intergovernamentais e a supranacionalidade, ajudam a compreender em certa instância a complexidade e sensibilidade deste sistema (LESSA, 2003; PECEQUILO, 2014; PINDER, 2001). A seguir, apresentaremos brevemente as principais instituições da UE.

(1) O Parlamento Europeu - eleito pelos cidadãos europeus, é constituído por 626 deputados distribuídos de forma proporcional para favorecer os Estados menores, que coordenam as políticas nacionais e o estabelecimento de políticas comuns, exercendo funções de elaboração e adoção dos textos legislativos. A atuação legislativa do Parlamento evoluiu com o tempo: iniciou-se com uma mera função consultiva, depois, sob o AUE, tornou-se instrumento de procedimento de cooperação, e por fim, com Maastricht, tornou-se instância para a decisão conjunta e aplicação de mais de metade da legislação.

(2) a Comissão Europeia - é o órgão supranacional formado por vinte e oito membros especializados nos temas de competência comunitária, um de cada Estado-membro. É o órgão executivo que representa a UE em nível internacional, possuindo a função de materializar e defender o interesse geral comunitário, assegurar a execução do acervo comunitário e implementar o orçamento e os programas adotados pelo Parlamento e Conselho da UE. Possui destaque entre as

---

<sup>4</sup> Foram eles: Estônia, Letônia, Lituânia, Chipre, Malta, Polônia, República Checa, Hungria, Eslováquia e Eslovênia.

outras instituições por elaborar as políticas para o bloco, além de ser mediadora e verificadora dos processos de integração.

(3) o Conselho da União Europeia ou Conselho de Ministros - é composto pelos ministros do governo de cada país membro e é a mais importante instância na estrutura decisória, já que abrange a decisão, coordenação de políticas nacionais e comunitárias, e a autoridade em matéria orçamentária das Comunidades Europeias, da Política Externa e de Segurança Comum e da cooperação policial e judiciária.

(4) o Tribunal de Justiça Europeu – ele é composto por um juiz de cada um dos Estados-membros, com mandato de seis anos, escolhido por comum acordo, acatando litígios em que são partes os Estados membros, as instituições comunitárias, as empresas ou os cidadãos europeus, e possui funções que vão de reenvio prejudicial a outras competências para julgamento de ações e recursos, ações por não cumprimento, recursos de anulação e ações por omissão. Além disso, ele tem ajudado politicamente a criar o clima em que a guerra se faz impensável, assim como fora pensada a integração desde seu princípio

(5) o Conselho Europeu – pode ser considerada a instância mais relevante de toda a União. Foi consolidada em 1992 com Maastricht, mas apenas em 2007 com o Tratado de Lisboa virou uma instituição. Ele reúne os chefes de Estado e de Governo, seus respectivos ministros de Relações Exteriores e o presidente da Comissão, e se organiza com uma presidência rotativa, o que garante administração efetiva. Possui a função de avaliar o que a Comissão elabora e de prover direção para o processo de integração, além de implementar a união monetária e de formular a Política Externa e de Segurança Comum (LESSA, 2003; PECEQUILO, 2014; PINDER, 2001).

Para finalizar, será apresentada a última fase do processo de integração, com os arranjos finais para conclusão da União Europeia como bloco.

### 1.2.2 Fase 5: O momento “constitucional” (2004-2009)

Em 2004 o projeto de uma “Constituição Europeia” para selar o destino do bloco de integração abrangendo reforma institucional, direitos fundamentais, consolidação dos tratados e adoção de elementos para uma identidade europeia (como um hino e bandeira,

por exemplo), fora assinado, sendo recebido com entusiasmo e havendo expectativa para uma rápida ratificação, de modo que a forma poderia ser decidida por cada Estado-membro individualmente. Contudo, por oposição popular e governamental, que enxergaram o projeto com o mesmo déficit democrático que os tratados anteriores, este processo foi suspenso. Ademais, os resultados na França e Países Baixos foram decisivos para tal fim, com votos da população majoritariamente contra a constituição (PECEQUILO, 2014; DEHOUSSE; MAGNETTE, 2017).

Lidando com uma paralisação da integração pelo fracasso do “Tratado da Constituição”, Nicolas Sarkozy, então candidato à presidência da França, fez sua campanha voltada na promessa de que, se fosse eleito, buscaria promover um tratado modificante que abandonaria o simbolismo estatal da Constituição Europeia preservando seu conteúdo. Assim, o Tratado de Lisboa foi aprovado em 2007, consistindo em emendas dos tratados passados (PECEQUILO, 2014; DEHOUSSE; MAGNETTE, 2017).

O Tratado de Lisboa começou a vigorar em um contexto tanto de crise econômica (causada pela crise financeira mundial de 2008, que será explicada mais adiante), quanto de crescente desmotivação social com o processo de integração, e mesmo após um longo período para sua ratificação, ele entrou em vigor em 2009. Em suma, a semelhança em relação à constituição se dá com o objetivo de simplificação dos tratados e legislações anteriores, estabelecendo a dissolução dos três pilares criados por Maastricht e reduzindo o número de tratados ao invés de unificá-los, sendo eles: o Tratado da União Europeia (TUE) e o Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE) (PECEQUILO, 2014).

Com isso se conclui a formação da integração europeia com diversos obstáculos e muitas décadas de discussões e mudanças para construir esta instituição complexa e sem precedentes. Todo o processo descrito até o momento é necessário para o entendimento das questões que se abordarão mais à frente nos próximos capítulos e uma mais imediata, que trataremos logo mais, em relação à constituição de uma identidade europeia e qual sua importância.

#### **Quadro - Cronologia dos principais eventos da integração europeia**

<b>Evento</b>	<b>Ano</b>
Plano Marshall	1947
Organização Europeia de Cooperação Econômica	1948

Tratado do Atlântico Norte	1949
Conselho da Europa	1949
Plano Schuman	1950
Tratado de Paris	1951
União da Europa Ocidental	1954
Tratados de Roma	1957
Tratado de Bruxelas	1965
Política Agrícola Comum	1966
Sistema Monetário Europeu	1979
Acordo de Schengen	1985
Ato Único Europeu	1986
Reunificação da Alemanha	1990
Tratado de Maastricht	1992
Tratado de Amsterdã	1997
Área de Schengen	1999
Tratado de Nice	2001
União Económica e Monetária (pleno funcionamento)	2002
Tratado de Lisboa	2008

Fonte: Elaboração própria

### 1.3 AS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS E A QUESTÃO DA IDENTIDADE

Como apresentado nas seções anteriores, o processo de construção da União Europeia fora idealizado e majoritariamente implementado pelo que se considera a “elite política” da Europa, que engloba aquelas pessoas que são formuladoras de políticas e tomadoras de decisões no âmbito governamental dos Estados-membros. Essa conjuntura se alterou, ou melhor, se estendeu, para uma participação popular com a primeira eleição do Parlamento Europeu em 1974. De toda forma, considerando o aparato organizacional da União no geral, esse papel popular ainda é pequeno e limitado dentro do funcionamento do bloco.

Angélica Szucko (2017) reflete que a questão identitária não havia sido contemplada nas análises sobre a integração europeia até o final dos anos 1980, já que, por um lado, as identidades tinham um papel mínimo no amplo debate, e por outro, acreditava-se que a transferência de lealdade do nível nacional para o supranacional era improvável. Neste mesmo raciocínio, Neil Fligstein, Alina Polyaknova e Wayne Sandholtz (2012) complementam que neste início do processo de construção do bloco a ideia era que a cooperação levaria a um efeito “*spillover*”<sup>5</sup>, gerando mais cooperação e, destarte, mais integração de atores distintos - já que a autoridade para criar políticas seria transferida dos âmbitos nacionais para o supranacional. Deste modo, os cidadãos, tal como partidos políticos, empresas, entre outros, começariam a orientar suas expectativas para a UE. Também afirmam Kathleen McNamara e Paul Musgrave (2020, p. 173, tradução nossa) que

práticas visadas para promover a união federal foram adotadas e promovidas por agentes buscando mobilizar políticas de massa, transformando o imaginário político de uma confederação de Estados discretos ligados apenas por arranjos políticos de ‘cima para baixo’<sup>6</sup> [...].

Isso significa que todo o processo de construção da integração europeia foi formulado pelo método *top-down*, ou seja, formulado de cima para baixo da elite política para a população, sem explorar as práticas de engajamento democrático diárias que englobaria a população, gerando a identidade coletiva necessária para endossar o projeto.

Consequentemente, verificou-se a baixa participação e interesse popular desde o princípio do processo, assim como o início de uma generalização do euroceticismo<sup>7</sup> em 1970, como apontado anteriormente. Apenas a partir da renovação do projeto europeu com o Tratado de Maastricht que se desencadearam novos estudos pensando a identidade europeia como pilar fundamental da integração (SZUCKO, 2017)

Ademais, a questão identitária vem ganhando mais espaço, especialmente nos últimos anos, frente a eventos como a crise financeira de 2008 (que será abordada no Capítulo 2), o aumento de fluxos migratórios extracontinentais, a “guerra ao terror”,

<sup>5</sup> Efeitos positivos ou negativos que uma determinada atividade pode gerar sobre outros que não se encontram diretamente envolvidos nela.

<sup>6</sup> Do original: “Practices aimed at promoting the federal union were adopted and promoted by agents seeking to mobilize mass politics, transforming the political imaginary from a confederacy of discrete states linked only by top-down political arrangements [...]”

<sup>7</sup> Euroceticismo: ideia de contingente ou oposição qualificada, além de oposição direta e sem reservas ao processo de integração europeia, conceito ainda sem consenso em sua definição.

aumento de extremismo nacionalista e outros aspetos econômicos. Neste contexto, os cidadãos têm a tendência de visualizar suas identidades nacionais como principal e até mesmo única, e geralmente se voltam para as soluções nacionais em detrimento das supranacionais europeias, resultando em um desapontamento e alienação para com a UE que enfraquece o otimismo da integração (SZUCKO, 2017; FLIGSTEIN; POLYAKNOVA; SANDHOLTZ, 2012; CIAGLIA; FUEST; HEINEMANN, 2018). A seguir vamos explicar mais a fundo a questão identitária europeia, e como as instituições europeias se portam em relação a esta.

### 1.3.1 Conceituando uma identidade europeia

Existem várias formas de se conceituar identidade, principalmente uma identidade europeia, já que diversas teorias podem ser empregadas. De forma geral, identidades coletivas se referem a um grupo de pessoas que aceitam uma similaridade fundamental que gera o sentimento de solidariedade entre eles. Essa identidade é, portanto, construída socialmente emergindo da consequência de interações sociais. Três pontos são importantes para entender essas identidades: a) são sempre relacionais e múltiplas (como homem, professor e cidadão ou como paulista, brasileiro e latino), ou seja, se interconectam e são “ativadas” de formas e em situações diferentes; b) identidades são necessariamente sociais, assim, práticas diárias formam o conhecimento próprio em relação ao mundo pelas experiências vividas; e c) as identidades reverberam em estruturas sociais maiores com uma relação recíproca, dessa forma, qualquer identificação pode mudar com o tempo já que as ações dos próprio indivíduos são o que moldam as culturas (FLIGSTEIN; POLYAKNOVA; SANDHOLTZ, 2012; MCNAMARA; MUSGRAVE, 2020).

Ademais, no âmbito nacional, onde as nações são um conceito imaginado que conecta seus membros alheios com instituições governamentais, o Estado cria regras para definir seus cidadãos e os estrangeiros (os considerados “outros”). A identidade nacional pode assumir duas formas: uma cívica, que enxerga a cidadania como *status* legal obtida por qualquer pessoa disposta a aceitar um sistema político-social, e uma étnica, que requer a virtude de nascer naquela cultura nacional para dela participar (FLIGSTEIN; POLYAKNOVA; SANDHOLTZ, 2012; CIAGLIA; FUEST; HEINEMANN, 2018).

O termo identidade europeia pode ser descrito como o sentimento de ser europeu como parte integral da própria identidade social. No entanto, esta identidade pode ser

vista de diversas formas, pautada em diferentes referenciais. Szucko (2017) aponta duas perspectivas da identidade europeia: uma *top-down*, que define os limites e semelhanças geográficas, de valores e de herança cultural do que é “ser” europeu, e uma *bottom-up*, que foca na identificação com o bloco observando as questões comportamentais dos cidadãos. Neste mesmo sentido, Ciaglia, Fuest e Heinemann (2018) apresentam a distinção entre identificação como europeu, que diz respeito a uma identificação própria em relação a ideias específicas, e identificação com a Europa, na qual a vivacidade dessas ideias pode ser demonstrada por meio de comportamento afetivo. Em ambas as perspectivas a identificação com o bloco ou a Europa em si é mais simples de ser mensurado, podendo ser feita por meio de sondagens de opinião e questionários (SZUCKO, 2017; CIAGLIA; FUEST; HEINEMANN, 2018).

Outrossim, o significado cultural de “europeu” tende a seguir o foco cívico, reconhecendo valores como democracia, tolerância e diversidade cultural, mesmo que estas pessoas também considerem suas identidades nacionais, o que indica que a europeia não força a exclusão da nacional, mas que elas são complementares. Contudo, o viés étnico também existe, geralmente vinculado a um ideal da direita política, que considera os europeus como os cristãos com uma história comum, excluindo estrangeiros e imigrantes (FLIGSTEIN; POLYAKNOVA; SANDHOLTZ, 2012).

Fligstein, Polyaknova e Sandholtz (2012) também demonstram que a definição de “europeu” se aplica para pessoas dos mais altos grupos socioeconômicos da sociedade: envolvidos em diversos aspectos de negócios e governo, viajam com frequência pelo continente e até moram por um período em outros países europeus. Jovens que fazem intercâmbio ou viajam por lazer/trabalho, além de outras pessoas com alto grau de escolaridade que possuem semelhanças profissionais, culturais ou de interesses com outras pessoas do mesmo “nível”, também têm maior probabilidade de se identificarem como “europeus”. Seguindo o mesmo raciocínio, o oposto das pessoas descritas acima possui menos oportunidades ou interesse em interagir com o resto da Europa, dentro dessa categoria se encaixam tanto os trabalhadores do setor de serviços, quanto pessoas mais velhas (FLIGSTEIN; POLYAKNOVA; SANDHOLTZ, 2012). Seguindo esta explicação ampla de identidade em um contexto geral e de identidade europeia, discutiremos como esse elemento foi pensado e incluído no âmbito da integração.

### 1.3.2 A identidade no âmbito da União Europeia: um exercício nos anos 1970

Por mais que a identidade europeia como centro de preocupação e de estudos acadêmicos viesse a ser vislumbrada a partir de 1980, a Comissão Europeia designou o conceito de “Identidade Europeia” em 1973, em uma reunião em Copenhague, dentro de um contexto de crise econômica, com o colapso do Acordo de Bretton Woods baseado no dólar e o súbito aumento no preço do petróleo (STRATH, 2002).

O contexto dos anos 1970 contribuiu para o momento da definição da “Identidade Europeia” proposta pela Comissão, neste momento duas situações ocorriam em uníssono: o “relançamento” da integração com a primeira inclusão de novos membros na Comunidade Europeia formando a Europa dos 9, e uma instabilidade mundial sem precedentes (PECEQUILO, 2014; DEHOUSSE; MAGNETTE, 2017). Assim, o documento publicado pelos nove ministros de relações exteriores dos países membros da CE em 1973 tratou o seguinte:

Os Nove Países Membros da Comunidade Europeia decidiram que chegou a hora de desenhar um documento de Identidade Europeia. Isso vai permiti-los atingir uma melhor definição de suas relações com outros países e suas responsabilidades e o lugar que eles ocupam nos assuntos mundiais<sup>8</sup> (CVCE, 2013, p. 2, tradução nossa).

Ademais, o documento identifica que definir esta identidade envolve: revisar o legado, interesses e obrigações comuns dos Nove; avaliar a extensão de cooperação dos mesmos em relação ao resto do mundo e suas consequências; e levar em consideração a natureza dinâmica da integração europeia (CVCE, 2013). Bo Straht (2002) explica que o conceito de “Identidade Europeia” na década de 1970 expandiu desta responsabilidade dos nove países membros, no contexto de crise em que o documento foi criado, para um instrumento de consolidar o lugar europeu na ordem internacional. Além deste novo objetivo, posteriormente a conjuntura da Identidade Europeia foi usada para conectar o contexto local/regional com a conjuntura europeia.

A questão que se observa desta identidade frente àquela explicada anteriormente é a repetição do esquema *top-down*, ou seja, o interesse em conceituar e aplicar um

---

<sup>8</sup> Do original: “The Nine Member Countries of the European Communities have decided that the time has come to draw up a document on the European Identity. This will enable them to achieve a better definition of their relations with other countries and of their responsibilities and the place which they occupy in world affairs.”

sentimento europeu que daria sentido às ações da união e que conectasse todas as camadas dentro do bloco veio de uma perspectiva de Estado primeiro e depois a população. A identidade europeia tal como visualizada pelos Nove países-membros quebrou a lógica de criar um sentimento de pertencimento e compartilhamento de valores comuns que caracterizassem uma comunidade, porque este processo não considerou a população como prioridade.

Conforme apontado acima, esta tentativa de propor uma “Identidade Europeia” veio em um momento de instabilidade global. Em um contexto geral, o declínio da era de Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos, foi um catalisador para diversos desdobramentos que afetaram o continente europeu. Nos EUA, também havia enormes pressões com as forças de oposição crescentes na América Latina, as tensões sociais e raciais, os movimentos de direitos civis estadunidenses e os protestos contra a Guerra do Vietnã (1968-1973), assim como a quebra do padrão ouro-dólar que colocou fim ao acordo monetário de Bretton Woods. Ademais, a Guerra de Yom Kippur de 1973 desencadeou a crise do petróleo, afetando principalmente as economias mais avançadas que compravam majoritariamente este recurso do Oriente Médio (PECEQUILO, 2014; DEDMAN, 2010).

Com o fim do sistema de Bretton Woods seguido da crise do petróleo, os países do bloco europeu buscaram administrar os efeitos da crise econômica por meio de políticas internas, já que ainda não havia mecanismos conjuntos para lidar com desequilíbrios internacionais. Ao mesmo tempo, medidas políticas para a continuidade da integração foram tomadas em contraponto ao fracasso econômico, e estas se deram de modo interno e externo (PECEQUILO, 2014).

No âmbito interno estabeleceram-se as eleições para o Parlamento Europeu, criou-se os fundos de ajuda econômica e social financiada intrabloco e foi publicado o Relatório Tindemans com as recomendações de reformas institucionais que serviram de base para o estabelecimento da União posteriormente. Já no âmbito externo, foi criada a Cooperação Política Europeia com fim de fomentar uma política externa comum, além de um incremento de cooperação com zonas de influência na África, Caribe e Pacífico, e uma maior aproximação com a América Latina no âmbito comercial-estratégico (PECEQUILO, 2014).

Dessa forma, analisando o contexto dos anos 1970, é possível observar a convergência deste com os três pontos destacados no documento de Identidade Europeia: “revisar o legado, interesses e obrigações comuns dos Nove; avaliar a extensão de

cooperação dos mesmos em relação ao resto do mundo e suas consequências; e levar em consideração a natureza dinâmica da integração europeia”. A instabilidade mundial do período evidenciou a necessidade de uma melhor atenção aos processos da integração e às situações que o abalariam, além da percepção de que este projeto não seria linear em termos de fluidez da integração em si (o que realmente não o foi). Ademais, a relação com outros países, a dependência mútua e a cooperação, são pontos relevantes no contexto da crise econômica e no cenário multilateral que o sistema internacional se revestia.

Outrossim, a esfera identitária, no âmago do conceito, não constava nas preocupações do período, nem mesmo ao considerar a participação popular nas eleições do Parlamento em 1979, que foram estabelecidas primordialmente para fortalecer o restabelecimento da integração frente à crise. Paralelamente, esta negligência para com uma noção *bottom-up* de identidade se tornará um problema recorrente até o contexto da crise de 2008, em que a reação negativa dos cidadãos europeus em relação às ações tomadas pela elite política da UE é evidente e desencadeia uma nova onda de europessimismo.

Assim, conforme visto, a experiência de integração europeia é longa, tumultuada, com altos e baixos e impele uma discussão à parte sobre o que se espera do bloco. Tanto a crise de 2008, seus desdobramentos no bloco e a opinião pública em decorrência destes serão trabalhados a seguir aprofundando esta discussão.

## **2 A CRISE DE 2008 E O IMPACTO POLÍTICO E SOCIAL NA UNIÃO EUROPEIA**

A União tem uma tendência à falha de mecanismos para se regular e lidar diante de crises, o que seria justificado visto que o projeto europeu criou um arranjo institucional sem precedentes para diversos segmentos, mas sem se preocupar de imediato com eventuais problemas, tanto internos quanto externos, uma vez que estas experiências só podem resultar em instrumentos eficazes para sua resolução quando se passam por elas. Neste sentido pode-se citar a crise da cadeira vazia, a crise do Mercado Comum, a crise do petróleo e outros, como eventos que impactaram a integração desde sua concepção.

Desse modo, uma crise em escala global, que afetou duramente Estados desenvolvidos que já haviam passado por outras crises econômicas e financeiras na história, não poderia deixar de impactar duramente a UE, mas a resposta dela diante desta situação é a questão chave para entender os desdobramentos sociais que ocorrem durante e após a crise. Assim, este capítulo será dividido em uma explicação mais geral do que foi a crise de 2008 em uma escala global, depois aprofundando mais no âmbito europeu, observando as questões estruturais do bloco que favoreceram a crise e as atuações do desse nela. Por fim, abordaremos de forma inicial as reações populares para com a crise tanto em relação à UE quanto aos governos nacionais, que irão servir de base para os dados e debates que se seguirão no capítulo 3. Neste capítulo visamos, portanto, explicar brevemente a extensão da crise na União Europeia, trazendo uma discussão das causas e efeitos da crise neste âmbito e buscando entender, à primeira vista, algumas das reações populares que se deram nestes anos em relação à confiança no bloco.

### **2.1 CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA CRISE FINANCEIRA**

A crise financeira de 2008, como é conhecida comumente, tem suas origens ainda em 2006 com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, que se agravou com a ausência de mecanismos de regulação deste mercado e do setor financeiro em geral. Dessa forma, o crédito pessoal e para os estados foi congelado, o que desencadeou a falência de diversos indivíduos e instituições que dependiam destes empréstimos para a quitação de dívidas. Rapidamente a crise alcançou escala global, resultado de duas tendências negativas: crise no sistema financeiro e desaceleração econômica global - que ao se

reforçarem mutuamente geraram contração econômica severa, e níveis de débitos sem precedentes (DHAMEJA, 2010; PECEQUILO, 2014).

Nand Dhameja (2010, p. 336, tradução nossa) afirma que “de certa forma, a crise financeira é um reflexo do desequilíbrio entre o crescimento dos setores reais e financeiros<sup>9</sup>”, em que a disponibilidade fácil de empréstimos mobiliários levou a níveis de débito sem precedentes. Como consequência da crise houve declínio no consumo, na demanda de exportação e de investimentos, com um valor aproximado de \$2.8 trilhões em perdas das firmas financeiras mundiais, além de agravamento de questões sociais como desigualdade, e falta de investimento em saúde e educação (DHAMEJA, 2010). A seguir detalharemos melhor as causas e consequências da crise no âmbito mundial.

### 2.1.1 A crise no contexto mundial

Definir um motivo único ou um evento específico para o começo da crise não é possível, já que esta derivou de uma série de situações com datas variadas, podendo encontrar paralelos inclusive nas crises precedentes como a Grande Depressão de 1930 e a crise financeira do Sudeste Asiático de 1997. Contudo, Payne (2017) resume em seis as causas da crise:

- (1) Desregulamentação dos mercados financeiros – a erosão da confiança nos regulamentos tem um aumento com o crescimento da inflação e dos preços do petróleo em 1973-1974, resultando na adoção de um regime de taxa de juros flutuante do dólar, criando maior volatilidade no sistema financeiro e resultando na remoção de diversos regulamentos. Além disso, o crescimento do comércio facilitado pela liberalização financeira global e a proliferação de tecnologias informáticas sofisticadas contribuíram para a demanda e aceitação de menos regulamentação. Como consequência pode-se citar a menor eficácia das agências federais em regular serviços bancários, e perda de controle no geral, levando a riscos exponenciais tomados por companhias e violações das regulações financeiras sem punições.
- (2) Inovações financeiras – as inovações financeiras, criadas para gerenciar riscos e fazer com que o capital fosse mais barato e disponível, levaram à crise financeira

---

<sup>9</sup> Do original: “The financial crisis, in a way, is a reflection of the imbalance between the growth of real and financial sectors.”

global. Entre as inúmeras inovações financeiras que resultaram na crise a securitização tem maior destaque, já que com ela os riscos inerentes em conceder empréstimos foram passados dos bancos para aqueles que não tinham “interesse” na habilidade dos indivíduos de pagar os empréstimos, assim, empréstimos *subprime*, estudantis, de automóveis e de crédito foram securitizados.

- (3) Remunerações executivas excessivas – o interesse em se fazer grandes quantidades de dinheiro em pouco tempo fez com que empresas recompensassem desempenho de curto prazo sem se importar com os ganhos a longo prazo ou com os fundamentos do mercado. Estas se mesclaram ou adquiriram empresas de alto crescimento e, na maioria dos casos, cometeram fraudes, gerando a falência de diversas companhias e a prisão de executivos.
- (4) Baixas taxas de juros – uma causa fundamental da crise foi a disponibilidade fácil de muito dinheiro globalmente, criando altos níveis de liquidez e baixas taxas de juros. Os conflitos iniciados pelos EUA após os ataques terroristas de 11 de setembro geraram altos gastos governamentais e de consumidores, que resultaram na diminuição das taxas de juros, assim como na Europa e no Japão.
- (5) Empréstimos *subprime*, principalmente de hipotecas – os empréstimos *subprime*, que se referem a crédito dado a indivíduos que falham em atender os critérios rigorosos de instituições credoras, são ligados diretamente ao facilitamento de crédito e baixas taxas de juros, mencionados acima. A demanda por empréstimos *subprime* desenvolveu uma cultura de falso igualitarismo, em que ter casa própria era estimulado como direito inalienável mesmo que as pessoas não tivessem condições de pagar os empréstimos.
- (6) Especulação em geral, especialmente em habitação – o crescimento das forças especulativas financeiras foi facilitado por uma combinação das baixas taxas de juros, liquidez sem precedentes e prosperidade crescente por meio da internet e tecnologias da informática. Dessa forma, a tomada de riscos excessivos ultrapassou a precaução, somado a uma falta de otimismo, criando por fim uma bolha. Muitos donos de imóveis se tornaram especuladores, e além da combinação citada anteriormente, as pressões políticas para redução de taxas e inovações financeiras no mercado imobiliário contribuíram para o “boom” que colocou este segmento no epicentro da crise.

Entre os impactos da crise aponta-se a queda nos preços imobiliários, banalização de execuções hipotecárias, altos níveis globais de desemprego, declínio da manufatura em especial na indústria automotiva, perdas financeiras de universidades acompanhado de altos custos para estudantes, e recessão econômica também em escala global. Entretanto, alguns países em desenvolvimento que não sofreram as pressões para liberalização financeira e tinham maiores reservas de dólar foram menos afetados pela crise. Assim como mencionado anteriormente, a crise teve maior impacto em economias liberais que aderiram a diminuição das taxas de juros e desregulamentação financeira por influência estadunidense (PAYNE, 2017; HENRIQUES, 2016).

No entanto, a UE se manteve cautelosa e alheia à crise em princípio, já que esta afetou primeiramente os grandes centros financeiros (EUA e Londres). Esse comportamento irá refletir em como a crise afetou o bloco, que demonstraremos em seguida.

## 2.2 A CRISE NA ZONA EURO

Na Zona Euro, da qual fazem parte os países da União Europeia que aderiram à moeda comum, o impacto e a forma de se lidar com a crise foi nitidamente diferenciada, inclusive comparando-se com outros membros da UE que não fazem parte da zona. Essa diferença se dá pela complexidade das instituições e despreparo institucional para lidar com uma crise de tamanha escala, acrescida do fato de que há discrepâncias consideráveis entre as economias ali dentro. Para visualizar melhor essa questão, esta seção se divide em três: a primeira para explicar como a estrutura econômica da União favorece uma conjuntura mais fragilizada frente à crise financeira, a segunda para apresentar o decorrer da crise e as ações tomadas pelo bloco, e a terceira para introduzir as reações e opiniões públicas dos europeus em relação ao bloco no contexto da crise.

### 2.2.1 Questões estruturais da União que favoreceram a crise

A crise impactou em duas ondas a UE: em 2008, o *boom* imobiliário nos Estados Unidos se espalhou por todo o mundo, em especial para a Europa; e em 2010, houve o choque financeiro das dívidas de títulos públicos dos países da Zona Euro. Em ambas as situações se observou tanto um atraso quanto uma ineficácia de atuação da União Europeia para resolver a situação de forma efetiva. É claro que medidas foram tomadas e

houve um esforço por parte das instituições para controlar a crise, mas estas não fluíram de acordo com o avanço da crise, além de ter que lidar com situações para as quais nem o bloco nem seus membros estavam preparados.

Agnès Bénassy-Quéré (2015) afirma que os problemas na Zona do Euro datam de uma construção falha do Tratado de Maastricht, de modo que o problema em si não era a moeda única, mas a mudança de regime e a dificuldade e demora desse entendimento pelos países membros. A autora apresenta três pontos básicos visados para a arquitetura da união monetária: os choques macroeconômicos seriam simétricos e suavizados pela política monetária; a integração financeira contribuiria para convergência e estabilização macroeconômica; e a confiança no Pacto de Crescimento e Estabilidade (PCE) para garantir que cada Estado membro manteria sua ordem doméstica. No entanto, neste arranjo os riscos vindos do setor bancário foram negligenciados.

Durante a crise, esses pilares foram questionados, já que: (1) a política monetária alcançou o limite inferior<sup>10</sup> chegando a zero, resultando em governos nacionais estreitando políticas fiscais; (2) a integração financeira não contribuiu para a convergência e estabilidade, com o aumento não sustentável de passivos contribuindo para a bolha de preços imobiliários e paradas súbitas de integração financeira nos países em crise; (3) o Pacto de Crescimento e Estabilidade falhou em prevenir as crises de débito soberano nos países periféricos dentro do próprio bloco (QUÉRÉ, 2015).

Similarmente, Nicholas Blikstad (2015) apresenta os problemas dos desequilíbrios internos do bloco a partir de uma leitura da divisão de centro e periferia, da criação das condições para a crise e da dificuldade de intervenção estatal na economia, como resultados do próprio processo de constituição da união monetária, além da presente lógica de mercados financeiros liberalizados e desregulamentados.

Entre as questões institucionais do euro que favoreceram à crise, o autor aponta as “deficiências causadas pelo enfraquecimento das relações entre Estado Nacional e a soberania monetária, como os limites para a atuação da política fiscal” (BLIKSTAD, 2015, p. 97). Ou seja, a institucionalidade da zona do euro criou um banco supranacional independente ao mesmo tempo em que os países usam uma moeda sobre a qual não possuem controle. Dessa forma, ao se endividarem, os países não podem garantir o pagamento dos rendimentos dos títulos públicos de uma moeda que não emitam

---

<sup>10</sup> Os limites estabelecidos pelos Tratados da União Europeia são de 3% o mínimo e 60% o máximo.

autonomamente, isso cria as condições para que se ocorram crises nesses títulos (BLIKSTAD, 2015).

Já em relação às políticas macroeconômicas, a estrutura da Zona Euro é bem rígida, e limita a atuação da política fiscal dos países, por exemplo, em momentos de crise. Ademais, o autor também aponta que a concepção de convergência de critérios nominais que levariam à integração regional na zona criou um arranjo institucional que não permite execução de políticas anticíclicas efetivas, gerando uma fragilidade (BLIKSTAD, 2015).

Já Amaral (2010) aponta a vulnerabilidade da Zona Euro e o impacto sofrido pela crise de 2008 como consequências diretas da criação da moeda única. O autor apresenta três condições necessárias para uma zona monetária funcional: a plena liberdade de circulação dos fatores produtivos com total flexibilidade dos preços; um orçamento comum que permita utilizar as finanças públicas para estabilizar as economias em caso de choques assimétricos; e que as economias tenham entre si uma razoável dose de homogeneidade – e conclui que no caso da União Europeia nenhuma dessas condições eram existentes.

Ele então afirma que a justificativa dada para que a criação de uma moeda única fosse levada para frente seria a ideia de que a instituição iria criar a condição para que a União se transformasse numa zona monetária funcional (AMARAL, 2010). Ademais, este argumento de “fazer agora para consequentemente se desenvolver depois” já foi demonstrado anteriormente, sendo utilizado em outras situações para justificar boa parte do processo de integração.

Dessa forma, a princípio, pode-se concluir que a questão econômica, fiscal e monetária da UE - com todas as suas lacunas, obstáculos e falhas, podendo ser consequência da má formulação dos tratados ou das instituições, da criação do euro, dos problemas já existentes nos países da zona, ou da discrepância entre eles – seria afetada drasticamente pela crise. Sendo assim, era de extrema necessidade que os meios de resolução fossem rápidos e efetivos, para talvez justificar e dar a entender que ao menos as autoridades europeias garantiriam o futuro do bloco e sanariam a reação negativa da população a este. Contudo, como foi apontado brevemente no começo da seção e será demonstrado de forma mais elaborada a seguir, esta situação não se sucedeu.

## 2.2.2 O desenrolar da crise e as respostas da União Europeia

Como já visto, a crise teve seus impactos iniciais na Europa ainda em 2008, pela dependência de boa parte dos países do continente aos grandes centros financeiros de Washington e Londres. Neste período houve diversas intervenções nacionais para controle da crise, e a partir daí os bancos que se mantiveram em funcionamento começaram a tomar medidas cautelosas quanto a empréstimos, gerando o questionamento se as dívidas públicas nacionais se sustentariam (HENRIQUES, 2016).

Em outubro de 2008 começou-se a elaborar os primeiros passos para o Plano de Recuperação da crise feito pela Comissão Europeia que visavam: (1) pacotes de empréstimos para pequenas e médias empresas, (2) reformas e investimentos aos setores financeiros dos Estados membros mais novos, (3) envelope financeiro de investimento público para os países, (4) reduções de taxas e outras medidas fiscais, (5) acordos comerciais e estratégias de acesso de mercado para diminuir preços para os consumidores e utilizar “toda a vantagem do Mercado Único”, entre outros (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

Em 2010, quando o resto do mundo já estava no processo de recuperação do choque de 2008, a crise atingiu a Zona Euro começando na Grécia, e rapidamente alcançando os países da Europa Central, e posteriormente Portugal, Irlanda, Itália e Espanha (PIIGS<sup>11</sup>). Todos estes possuíam números alarmantes de dívidas públicas, resultado dos amplos programas de ajuda financeira e estímulos à economia para amortecer os impactos da crise internacional, acrescido da inexistência de um emprestador de última instância. Isso desencadeou uma crise de liquidez para outros mercados levando a um aumento dos *spreads*<sup>12</sup> das taxas de juros, que são pagas pelos títulos soberanos dos países, pressionando as contas públicas além da situação que já existia (HENRIQUES, 2016; BLIKSTAD, 2015).

Assim, introduziu-se o Mecanismo de Estabilização Financeira Europeia (EFSM em inglês) e o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), ambos ainda em 2010, para evitar inquietação financeira na Zona Euro por meio de contratações de empréstimos dos mercados financeiros feitos pela Comissão em nome da UE para o Estado-membro

---

<sup>11</sup> Acrônimo pejorativo dado pelos britânicos às economias de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, que foram consideradas frágeis e vulneráveis diante da crise.

<sup>12</sup> Diferença entre os juros que os bancos pagam quando o dinheiro é investido em algum produto oferecido por estes próprios e os juros que cobram nos empréstimos ou financiamentos.

em dificuldades. Estes mecanismos vigoraram até 2012 quando foram substituídos pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que será melhor apresentado mais adiante (YURTSEVER, 2011).

Já em 2011, frente à fraqueza e instabilidade do Pacto de Crescimento e Estabilidade, viu-se a necessidade de uma reforma na estrutura de coordenação de políticas fiscais nacionais, e com isso foram estabelecidos o *Six Pack* - um mecanismo de vigilância macroeconômico dentro do Procedimento de Desequilíbrio Macroeconômico, que visava detectar desequilíbrios com máxima antecedência e auxiliar a correção destes pelos Estados membros. Outro mecanismo reestruturado foi o Sistema Europeu de Supervisão Financeira, para fortalecer o setor financeiro frente ao problema de fluxo de capital desregulamentado. O sistema é formado pelo Conselho Europeu de Risco Sistêmico (ESRB em inglês) e três autoridades supervisoras: Autoridade Bancária Europeia (EBA em inglês), Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e Mercados (ESMA em inglês), e Autoridade Europeia de Seguro e Pensões Ocupacionais (EIOPA em inglês), que objetivavam salvaguardar o setor bancário, proteger investidores e reforçar os mercados financeiros, e apoiar a estabilidade do sistema financeiro, respectivamente (CAPORASO; KIM; DURRETT; WESLEY, 2015).

Além disso, buscando a criação de um sistema financeiro mais seguro, a Comissão Europeia adotou um pacote legislativo também em 2011 para fortalecer a regulamentação do setor bancário. Somado a esta ação, o Conselho do Banco Central Europeu anunciou medidas de apoio de crédito adicional para aumentar os empréstimos do banco e a liquidez na Zona Euro. Contudo, o esforço mais reconhecido neste contexto foi a proposta da Comissão em 2011 para um mecanismo de supervisão comum para bancos liderado pelo Banco Central Europeu (BCE), que seria extremamente necessário para prevenir crises vindas de bancos e soberanias. Nesta mesma linha também foi implementado um mecanismo de resolução comum para gerenciar as crises bancárias mais efetivamente, e estes mecanismos entraram em funcionamento apenas em 2014 e 2015, respectivamente (CAPORASO; KIM; DURRETT; WESLEY, 2015).

Mesmo com todos os mecanismos criados e planos estabelecidos, apenas em 2012 medidas efetivas começaram a ser tomadas no âmbito da União. Estas incluíram transferências fiscais entre os Estados endividados e os Estados do Norte, maior coordenação de políticas macroeconômicas nacionais e reformas nos Tratados da UE, conferindo um novo papel de Emprestador de Última Instância ao BCE. Neste contexto foi lançado o programa “Transações Monetárias Definitivas” (TMD) para compra de

títulos soberanos dos países em crise sem limites do tamanho de operações para resguardar e garantir estes títulos instáveis, e o Mecanismo Europeu de Estabilidade - brevemente apresentado anteriormente, criado para conceder auxílio financeiro por meio de empréstimos a Estados da zona que não possuíam condições de fazer operações de salvamento financeiro nacional. (HENRIQUES, 2016; BLIKSTAD, 2015; GROS, 2015).

Segundo Daniel Gros (2015), duas situações explicam o porquê de a crise ter sido tão severa na Zona Euro: primeiro, as proporções sem precedentes de entradas de capital ao longo dos anos e sua paralisação repentina no contexto da crise de 2008, sendo assim, inevitável uma quebra na demanda doméstica das economias que dependiam destas entradas; segundo, a duração das entradas de capital, que em alguns casos tiveram duração de mais de 10 anos, o que levou a um grande acúmulo de dívida. Dessa forma, como ambas essas situações eram inéditas, a crise resultante do *boom* deles também seria.

Ademais, no período entre o choque inicial da crise na Zona Euro em 2010 e a implementação das medidas em 2012, as políticas tomadas se concentraram nos âmbitos nacionais, já que envolviam questões fiscais que teriam que ser tomadas pelas autoridades nacionais devido à falta de capacidade fiscal da UE apresentada anteriormente. Contudo, mesmo que estas ações nacionais individuais tenham sido tomadas no desabrochar da crise, ainda assim não foram cedo o suficiente e nem efetivas (DABROWSKI, 2009).

Vivien Schmidt (2016) afirma que o desafio dos atores da UE foi e tem sido ultrapassar as regras impostas na formação institucional do bloco, para que se tenha maior espaço de manobra das situações, quando a mudança formal dessas regras tem sido dificultada. A autora cita os casos do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia no contexto da crise financeira, que buscaram reinterpretar as regras que os regiam para ter um melhor desempenho para lidar com a situação. Ela explica que o primeiro teve maior liberdade e autonomia para tal do que o segundo, já que as regras deste último foram concebidas e são administradas pelo Conselho Europeu.

Outra questão se encontra no debate de legitimidade das instituições da UE que, de forma resumida, se pautam na efetividade das políticas, nas preocupações políticas dos cidadãos e na qualidade dos processos de elaboração dessas políticas, incluindo ainda responsabilidade, transparência, inclusão e acessibilidade para deliberação civil por parte dos atores da UE (SCHMIDT, 2016). Isso significa que as ações para solucionar a crise não apenas deveriam ser tomadas levando em conta a melhor solução, como teriam que considerar os instrumentos legais e institucionais em que estão pautados, entendendo que

existe uma responsabilidade política e social para com os cidadãos e uma necessidade de ser transparente e coerente dentro das atribuições de cada instituição.

Dessa forma, é possível apontar diversos erros da União no contexto da crise: uns estruturais como a má formação dos tratados e institucionalidades, assim como a criação de uma zona monetária deficiente e de certo modo alienada da real condição de seus Estados membros; e uns orgânicos, como a demora para responder à crise e tomar medidas cabíveis a situação. De qualquer modo, os impactos da crise afetaram a vida de milhões de pessoas que, possivelmente, não compreendem toda a conjuntura tanto da crise quanto da atuação do bloco neste contexto, gerando reações negativas tanto naquelas que já possuíam um euroceticismo, quanto naquelas que ainda carregavam uma visão positiva da integração. A seguir apresentaremos de forma breve essas reações, que serão mais amplamente abordadas no próximo capítulo.

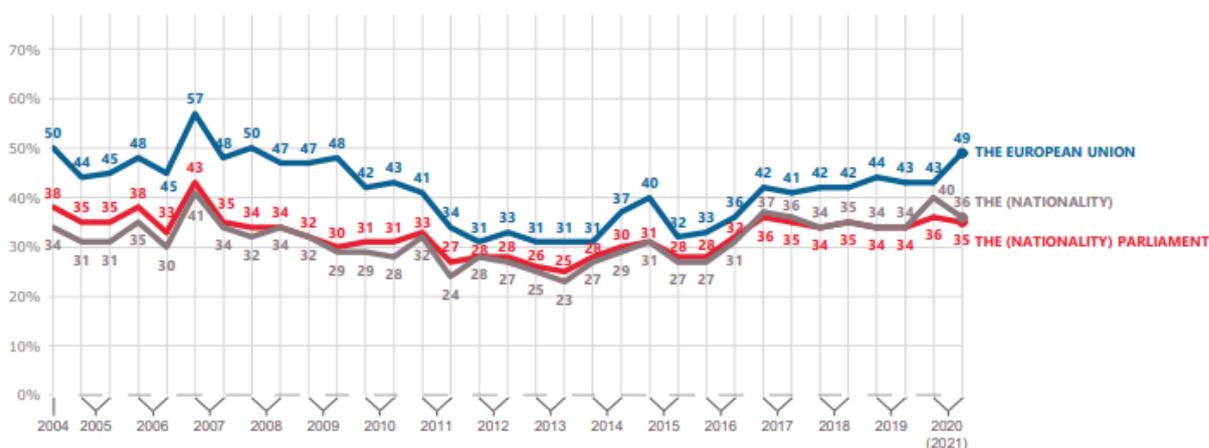
### 2.2.3 Consequências: a opinião pública em relação à União Europeia

Henriques (2016) reitera que com o aprofundamento da crise, no contexto em que algumas medidas já haviam sido tomadas, mas sem efetividade, líderes políticos nacionais começaram a perder o apoio de eleitores resultando em perdas eleitorais nos governos da época, como o presidente francês Nicolas Sarkozy e vários políticos do partido alemão União Democrata Cristã da chanceler Angela Merkel, ambos em 2012. Isso demonstrou a clara percepção pública de que o método intergovernamental da UE não produzia confiança nos mercados – e consequentemente na população - e que as instituições do bloco não estavam aptas para gerenciar a crise e seus impactos, levando ao acréscimo de um aspecto político da crise.

O que aconteceu nesta situação foi uma consequência negativa no engajamento e nas atitudes políticas dos cidadãos da UE, tanto pelos problemas econômicos e as repercussões sociais dessa situação, quanto pela retomada da sensação de impotência e isolamento da população em relação às tomadas de decisão das questões da crise. Nesse caso, que difere do contexto dos processos de integração e da consolidação da identidade europeia, os cidadãos sentiram diretamente os efeitos da transferência de poder e meios de ação dos seus Estados nacionais para as instituições do bloco, gerando a sensação de déficit democrático, já que não existem eleições para a UE (com exceção do Parlamento, que não esteve tão ativo nas questões da crise) (HENRIQUES, 2016).

Logo, é possível observar a insatisfação popular tanto com seus governos nacionais, quando se analisa os resultados das eleições da época, quanto com a União em si, por meio de sondagens de opinião realizadas pelo Eurobarômetro<sup>13</sup>. Essa insatisfação é claramente visível na Imagem 1 abaixo.

**Imagem 1.** Qual o nível de confiança popular europeia que se tem nas instituições?



Fonte: European Union (2021)

A Imagem 1 mostra o resultado da pesquisa do Eurobarómetro 94, feita em todos os Estados membros da União, em relação à confiança nas instituições – União Europeia (azul), Governos nacionais (cinza) e Parlaentos nacionais (vermelho), de 2004 a março de 2021. Ao observar as linhas do gráfico, é possível perceber que a confiança, principalmente na UE, cai de forma praticamente constante desde 2008, ano da crise financeira, e começa a se recuperar e retomar tendência de crescimento apenas em 2017. Porém, também é importante destacar que, mesmo em queda no período analisado, a confiança na UE ainda é maior do que nas outras instituições - visto que estas se aproximam muito no recorte de 2012 a 2014, coincidindo com o ano em que as medidas efetivas começam a ser tomadas e em que a crise tem maior impacto na sociedade como um todo. Além disso, o distanciamento novamente da confiança na UE com um pico em 2014 sintoniza com o ano de eleições do Parlamento Europeu, que será melhor trabalhado no próximo capítulo.

É possível afirmar que a visão da população europeia em relação à UE é imprescindível para o futuro do bloco, e deve ser levada em consideração, como se

<sup>13</sup> Sondagens de opinião pública, em todos os Estados-Membros da UE, encomendadas periodicamente pelas instituições europeias no tocante a diversas categorias e assuntos.

percebe com a pesquisa do Eurobarômetro. André Freire e Catherine Moury (2014, p. 99) apontam que “um nível suficiente de apoio desempenha um papel fundamental na estabilidade e manutenção do sistema político econômico”, sendo assim, com uma diminuição do apoio somado ao estabelecimento de reformas radicais no contexto da crise, há ameaça à legitimidade democrática do sistema político da UE. Além disso, os autores explicam que os efeitos a médio prazo desta situação são perdas significativas da confiança dos cidadãos nos parlamentos e nos governos nacionais.

Ademais, a questão identitária pode parecer menos relevante neste contexto, com esta ideia de que o bloco depende de legitimação baseada no interesse dos cidadãos, porém, ambos os aspectos econômico e identitário são importantes na opinião pública europeia, o primeiro sendo mais forte em certas condições - quando há rigor da percepção e relevância das consequências econômicas, no caso da crise -, e o segundo impactando mais nos níveis de confiança da UE (HOOGHE; MARKS, 2005 apud FREIRE; MOURY, 2014).

Luhmann (2017) afirma que pela União Europeia ser um projeto relativamente novo ele ainda está aberto para interpretações emotivas, o que é preocupante, assim, a partir de um contexto de crise em que a confiança nas instituições é abalada abre-se um pretexto para que visões mais extremistas e contrárias ao bloco possam se fortalecer. De fato, além das perdas eleitorais apontadas anteriormente, houve um avanço dos partidos eurocéticos nas eleições para o Parlamento Europeu de 2014 (EMMOTT, 2014).

Resumidamente, demonstramos que questões internas do bloco foram decisivas para a forma em que a crise se comportou no bloco, e que as reações populares em níveis de confiança nas instituições foram sim afetadas, mas não como se esperaria, mantendo um certo grau de superioridade frente aos contextos nacionais neste quesito. No capítulo a seguir detalharemos melhor os dados em relação às opiniões populares frente à UE a partir deste contexto de crise, além de apresentar um ressurgimento de ideais ultranacionalistas pelo bloco como possível consequência dessas reações negativas.

### **3 OS DESDOBRAMENTOS NO PÓS-CRISE: AS RESPOSTAS ELEITORAIS E O EUROCEPICISMO EM MÚLTIPLOS NÍVEIS**

Tendo em mente todo o processo de construção da UE e conseqüentemente da sensação de pertencimento da população a esta, além de uma identidade propriamente dita tratados no primeiro capítulo, acrescido da ocorrência da crise de 2008 e seus desdobramentos apresentados no capítulo anterior, é fato que a reação popular não apenas seria rígida em relação a níveis de aprovação e de confiança, mas também de forma prática. Assim, algumas das principais conseqüências sociais decorrentes do contexto da crise financeira se demonstraram nas urnas e nas pesquisas, gerando seus próprios desdobramentos, respectivamente. Um destes desdobramentos é o ressurgimento de partidos extremistas no continente, especialmente no espectro político de direita, cujos ideais defendidos confrontam os valores e a própria existência da União Europeia. Assim, as reações populares serão analisadas e, por fim, estudaremos essa nova onda de euroceticismo.

Visando destrinchar melhor todos estes aspectos analisaremos primeiro as reações populares nos diversos âmbitos relevantes, e em seguida o movimento de extrema direita em si, relacionando todos estes elementos com a questão popular identitária da Europa, principalmente no que tange às conseqüências imediatas do pós-crise. Neste aspecto é importante destacar que foram analisadas diversas questões e visões para basear tanto os dados das reações populares (eleições e pesquisas de opinião) quanto às definições e conseqüências da extrema direita.

Aqui, buscaremos entender as reações populares em vários âmbitos para entender a relação da crise com os níveis de euroceticismo encontrados, além de apresentar a roupagem partidária em que este sentimento está mais representado após a crise.

#### **3.1 HAVIA UMA IDENTIDADE EUROPEIA DIANTE DA CRISE?**

Para melhor desenvolver essas reações dividiremos esta seção em três âmbitos: supranacional, nacional e parlamentar. No primeiro basearemos a análise majoritariamente nas pesquisas de opinião realizadas no âmbito da União, já no segundo serão analisados os resultados de eleições nacionais no bloco como um todo no período imediato pós-crise, além de alguns indicadores nacionais, e por fim, no terceiro há o enfoque para os resultados das eleições do Parlamento Europeu de 2014, ano do “começo

do fim” da crise. Para comparação analítica observaremos os dados referentes ao corte temporal de 2009-2014. Ao final, buscaremos encontrar uma resposta para o questionamento de “havia uma identidade europeia diante da crise?”.

### 3.1.1 Respostas supranacionais: pesquisas de opinião

O Eurobarômetro utiliza de metodologia de entrevistas, com uma amostra populacional escolhida de forma aleatória de pelo menos 1000 pessoas por país ou território (EUROPEAN UNION, s/d). Para esta seção, as perguntas consideradas como mais relevantes são as que dizem respeito à crise, em especial: em que nível os europeus se sentem afetados, qual a visão deles de melhor abordagem de combate à crise, qual a instituição mais capacitada para tal, e em que medida as ações são efetivas.

A primeira sondagem analisada foi feita em março de 2009, quando a crise começava a se alastrar na Europa, pelo Eurobarômetro normal n° 71, que diz que “[o]s europeus estão muito preocupados com as repercussões da crise. Esta ansiedade, que é muito fortemente sentida em todos os países (entre 80 e 90%) afecta todos os níveis da economia: global, europeu e nacional (EUROBARÓMETRO, 2009, p. 1)”.

Ademais, este relatório apresenta que, de maneira geral, os europeus eram favoráveis a uma ação coordenada de combate à crise, com 66 a 71% dos entrevistados apoiando diversas medidas a níveis comunitários, porém, em relação ao papel do Euro frente à crise, 39% dos europeus afirmaram que a moeda atenuou a crise e 44% afirmaram que não atenuou. Já em relação à pergunta “A moeda nacional anterior protege melhor do que o Euro?” feita para os países da zona monetária: “os cidadãos de 12 dos 16 países da Zona Euro consideram que a sua moeda nacional anterior não os teria protegido melhor do que o Euro nesta crise (EUROBARÓMETRO, 2009, p. 2)”

A princípio é possível perceber que no começo do ano de 2009 as respostas populares eram no geral favoráveis tanto a UE quanto a zona do Euro para lidar com a crise de modo eficaz, com a crença de que medidas tomadas coletivamente no âmbito do bloco trariam uma solução adequada, além da segurança que a adoção do Euro trouxe frente a como as antigas moedas nacionais poderiam reagir diante da crise.

Em novembro de 2010, no Eurobarômetro n° 74.1, a questão do efeito do Euro na crise apresentada no relatório anterior fora refeita e como resultado “A maioria dos europeus (50%) considera que, em geral, o Euro não mitigou os efeitos negativos da crise, enquanto 33% expressaram opinião contrária (EUROBARÓMETRO, 2010, p. 8)”, ou

seja, houve um aumento de 6% das respostas que analisavam a atuação da moeda única de forma negativa. No entanto, com relação à questão dos atores capacitados para lidar com a crise (entre UE e governos nacionais) o resultado obtido foi:

Os inquiridos dos países da área do euro revelam grande apego à União Europeia, que é vista como o actor mais capaz de fazer face aos efeitos da crise: 28% contra apenas 20% dos inquiridos dos países de fora da área do euro. Em contrapartida, os inquiridos nos países que adoptaram a moeda única parecem ter menos fé nos seus governos (22%), enquanto 31% dos inquiridos de fora da área do euro recorreriam aos respectivos governos (EUROBARÓMETRO, 2010, p. 35).

Assim, observa-se que no contexto em que a crise já estava presente, mas ainda não havia impactado a Europa de forma mais dura, pelo menos os países da Zona Euro continuavam apostando na UE como ator necessário e capaz para tomar as medidas de combate à crise, mesmo que de forma geral os europeus estivessem com uma crescente descrença com a moeda em si. Cabe destacar que na Grécia, onde a crise afetava mais gravemente, os resultados foram contrários aos outros países da zona monetária com uma preferência de 43% ao governo nacional frente a 30% à UE (EUROBARÓMETRO, 2010).

Já em janeiro de 2012, no Eurobarómetro 76.1, os efeitos da crise começam a afetar mais profundamente os europeus com 9 entre 10 cidadãos afirmando observar o impacto desta nas economias globais, europeias e nacionais, e uma maioria de 59% sentindo este impacto em suas vidas pessoais. Neste contexto, há um aumento de 4% em relação ao valor do relatório de 2010 sobre a não mitigação dos efeitos da crise pelo Euro, refletindo o agravamento da situação e o descontentamento cada vez mais aparente da população. Ademais, a maioria dos cidadãos europeus (55%) considera que a adoção e aplicação de medidas coordenadas entre os Estados membros traria maior segurança em relação à crise, sendo que 48% acreditam que uma cooperação neste sentido estava sendo tomada, contra 41% que viam as respostas em nível individual (EUROBAROMETER, 2012).

Isto reflete o que foi trabalhado no capítulo anterior sobre a demora para que medidas efetivas fossem tomadas pela UE para atenuar a crise, portanto, os governos nacionais tiveram que tomar medidas individuais por um longo período, o que de certo modo agravou a crise como um todo. Pouco tempo depois do último relatório isso é apresentado de forma mais concreta pela própria sondagem em si, no Eurobarómetro 77.2 de maio de 2012, em que algumas tendências são destacadas, entre elas: antes das principais reuniões entre os Chefes de Estado e de Governo sobre a crise, a maioria dos

européus considerava que a UE teria de tomar medidas para sanar os efeitos da crise e retomar o crescimento econômico; havia uma polarização na opinião pública devido ao impacto da crise no dia-a-dia das pessoas da Europa; e a maioria dos europeus ainda era a favor de uma ação coletiva e coordenada, sendo os países da Zona Euro nitidamente mais favoráveis a estas do que aqueles fora da mesma (EUROBARÓMETRO, 2012).

Por fim, o relatório de 2013, Eurobarómetro 79.5, que foca na parte econômica e social frente ao contexto pré-eleições do Parlamento, apresenta a tendência de clivagens dentro da UE ao comparar os resultados de dentro e fora da zona monetária, principalmente em relação a adoção de medidas coordenadas para mitigar a crise, sendo mais favoráveis no primeiro do que no segundo. Esse mesmo dualismo também ocorre em relação à preferência de que as medidas sejam tomadas no âmbito da União. Outro ponto a ser destacado diz respeito a polarização das opiniões dos europeus em que:

Um europeu em cada cinco é de opinião que a União Europeia é o ator em melhor posição para atuar eficazmente face às consequências da crise económica e financeira. Uma proporção quase idêntica entende que os governos nacionais são os atores em melhor posição para o fazer (EUROBARÓMETRO, 2013, p. 4).

Isso demonstra ao mesmo tempo a insatisfação e descrença da população europeia para a forma tanto que a UE quanto que os governos nacionais lidaram com a crise, reação essa que se justifica com o contexto de dados negativos em relação ao desemprego e ao PIB, além de baixas previsões para o crescimento global (EUROBARÓMETRO, 2013). Porém, esta informação também dá suporte ao debate iniciado na seção anterior de que, mesmo com relevante europessimismo frente a crise, a confiança no bloco é maior do que nos governos nacionais.

Um último ponto que vale ser mencionado é que houve uma tendência de aumento na porcentagem de respostas que acreditam que o Euro atenuou os efeitos da crise, ainda que esta visão seja minoritária. Analisando melhor esta questão se obtém os seguintes resultados nacionais:

entre os países onde os cidadãos inquiridos consideram que o euro «atenuou» os efeitos da crise, é na Polónia (42%, +15), na Alemanha (41%, +13) e na Estónia (40%, +12) que se verifica um maior acréscimo de respostas neste sentido. Os maiores decréscimos registam-se nos Países Baixos (26%, -7), na Espanha (27%, - 5) e na Grécia (37%, -3) (EUROBARÓMETRO, 2013, p. 6).

Estes resultados demonstram que os países mais afetados pela crise são os mais críticos em relação à atuação da moeda única nos impactos daquela, e os países “menos afetados” são mais favoráveis ao Euro.

De forma geral, ao analisar a evolução da opinião pública no contexto de crise, percebe-se claramente a convergência das respostas com a situação em cada período, sendo estas menos duras quando a crise ainda está no começo e o oposto quando os efeitos da crise impactam na economia e nas vidas dos cidadãos europeus, além da visível indignação com a demora em que as medidas são tomadas pela União. No entanto, estes mesmos resultados demonstram que, por mais que houvesse certa descrença em relação à UE e à zona do Euro, esta não foi tão drástica e é até mesmo possível afirmar que a confiança se recupera de maneira consideravelmente rápida, principalmente frente aos mesmos indicadores para os governos nacionais.

Ademais, a divergência acentuada ao se comparar as respostas de dentro e de fora da zona euro é o elemento mais interessante dentro das análises, especialmente quando se aprofunda nos resultados e se observa a variação entre países. Neste sentido, observa-se que tanto os países de fora da zona, quanto aqueles mais afetados dentro dela possuem visões negativas para a forma que a moeda única se comportou durante a crise, mas estes nem sempre concordavam quando o assunto era o protagonismo da UE na mitigação daquela.

Dessa forma, para poder melhor entender como alguns países foram mais afetados pela crise que outros e como as populações reagiram dentro de seus Estados, é importante observar alguns contextos nacionais e seus desdobramentos eleitorais de forma individual neste recorte temporal, que será abordado agora.

### 3.1.2 Respostas nacionais: as eleições nos países membros

Entre o período de 2009 e 2014 diversas eleições ocorreram no âmbito nacional dos Estados-membros da UE, tanto regionais quanto legislativas e parlamentares, e os resultados destas se configuram como marcos históricos em vários dos países, por mudanças não esperadas, grandes polarizações e surgimento de novos partidos com grande força. A seguir apresentaremos brevemente os casos da França, Finlândia, Portugal, Itália, Espanha, Reino Unido, Grécia e Hungria (estes dois últimos, principalmente, são de bastante relevância por seus extremismos).

- I. Na França, eclodiram em 2009 protestos contra a política do então presidente Nicolas Sarkozy, que gerou alto desemprego e cortes no orçamento público. Nas eleições presidenciais de 2012, Sarkozy foi derrotado pelo candidato da esquerda, François Hollande. Mas é importante destacar também o inédito terceiro lugar (no primeiro turno das eleições) da candidata do partido Frente Nacional, de extrema-direita, Marine Le Penn, que teve aproximadamente 18% dos votos. Os pontos interessantes neste caso são: primeiro, Hollande teve a segunda melhor votação na história da esquerda francesa no primeiro turno; segundo, consequentemente o presidente Sarkozy se tornou o primeiro presidente em exercício a não obter vantagem no primeiro turno para a reeleição; e terceiro, Le Penn conquistou a melhor votação da extrema direita na França, surpreendendo as pesquisas de intenção que não detectaram o expressivo eleitorado da candidata (DROVES, 2014; SCHURSTER, 2015; RFI, 2012).
- II. Nas eleições parlamentares da Finlândia em 2011, o partido de extrema direita “Verdadeiros Finlandeses” obteve 19% dos votos e 39 deputados, conquistando 8 vezes mais lugares do que nas eleições de 2007, utilizando discurso xenofóbico, populista, eurocético e nacionalista, com o slogan “os finlandeses primeiros”, sendo o maior avanço de um partido na história do país. Ao mesmo tempo, o Partido de Centro da primeira-ministra da época, Mari Kiviniemi, foi duramente castigado, retrocedendo 7 pontos e conseguindo 17 cadeiras a menos do que nas eleições anteriores (DROVES, 2014; SCHURSTER, 2015; TERRA, 2011; FRANCE PRESSE, 2011).
- III. Em Portugal, nas eleições parlamentares de 2011, a oposição conservadora do Partido Social-Democrata venceu a que foi considerada as eleições mais importantes no país desde 1974, ocorridas após a renúncia do então presidente, José Sócrates, do Partido Socialista, em meio a proposta do quarto pacote de austeridade contra a crise, que foi rejeitado. Já nas eleições municipais de 2013, a oposição socialista conquistou ampla vitória com 36,25% dos votos e 143 prefeituras, sendo que o Partido Social-Democrata (centro-direita) do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho recebeu cerca de 16,67% com 106 prefeituras, cerca de 32 a menos do que nas eleições anteriores, o pior resultado do partido desde 1989 (FRANCE PRESSE, 2013; DW, 2011).
- IV. Na Itália com os efeitos da crise econômica, altas taxas de desemprego e escândalos políticos e pessoais do primeiro-ministro da época, Silvio Berlusconi,

a previsão seria uma mudança no espectro político com fortalecimento da esquerda, mas os resultados das eleições regionais de 2010 demonstraram a vitória da coalizão centro-direita do primeiro-ministro, e da extrema direita com o partido Liga do Norte, com discursos contra a imigração, que alcançou duas regiões de forma inédita com 12,7% dos votos (UOL NOTÍCIAS, 2010).

- V. O Partido Popular conservador venceu as eleições regionais da Espanha de 2011 com maioria absoluta de cerca de 44,4% dos votos e 186 deputados no sistema parlamentarista espanhol contra o governo socialista em exercício, que teve as imagens de seu presidente, José Luis Rodríguez Zapatero, e do partido fragilizadas diante das ações tomadas para combater as consequências da crise econômica de 2008. O Partido Popular, apesar de ter posicionamentos contra temas como casamento homossexual e aborto, ganhou votos de eleitores que buscavam mudanças no país, que era governado desde 2004 pelo Partido Socialista (G1, 2011).
- VI. No Reino Unido, nas eleições gerais de 2010, David Cameron, líder do Partido Conservador, mudou seu discurso tipicamente otimista para um mais sóbrio com a crise de 2008 e, buscando vantagem eleitoral, fez coalizão com os liberais-democratas para se tornar premiê. Visando lidar com a ala da extrema direita do partido e com os anseios da população, prometeu em 2013 um referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE para garantir vitória frente ao Partido da Independência do Reino Unido (UKIP) nas eleições de 2015, mesmo que sempre tenha mitigado os ideais anti-União Europeia dentro do seu partido e que mantivesse um discurso pró-bloco. Como resultado, Cameron obteve maioria nas eleições formando um governo do Partido Conservador, mas sofria pressões internas e externas sobre o referendo, que seria feito mesmo com a preferência explícita e oficial de seu governo com a permanência no bloco - ainda que grande parte dos membros preferia a saída. Assim, em 2016, o plebiscito teve 52% dos votos a favor da saída do Reino Unido da União Europeia, resultando com a resignação de Cameron do cargo de premiê e na saída definitiva em 2020 (WHEELER, 2016; BBC, 2018).
- VII. Em 2012, na Grécia, as eleições legislativas vieram em um contexto de implantação do terceiro plano de ajuda financeira no país, e foi observada a

entrada do partido neonazista Aurora Dourada<sup>14</sup> no Parlamento grego, com cerca de 7% dos votos. No entanto, o vencedor das eleições (por pouco) deste ano foi o partido de direita Nova Democracia, que são a favor da permanência do país na zona euro, saindo na frente da esquerda radical que visavam ao rompimento com o plano de austeridade (DROVES, 2014; SCHURSTER, 2015; G1, 2012).

VIII. Já na Hungria, ainda em 2010, o partido de extrema-direita Jobbik<sup>15</sup> tornou-se o terceiro maior do país, com 47 assentos do Parlamento, bem próximo do segundo lugar, o Partido Socialista, que era o governo em exercício da época. A vitória das eleições foi do partido de oposição conservador Fidesz com mais de 2 terços dos assentos, cerca de 263 de 386, sendo a maior vitória de um partido em 20 anos (DROVES, 2014; SCHURSTER, 2015; BBC NEWS BRASIL, 2010).

Ao observarmos os resultados das eleições pela Europa, é nítido o aumento de espaço que partidos de extrema direita vêm ocupando, e logo mais debateremos esta questão e o porquê deste foco. Contudo, também é possível perceber o aumento de políticas extremistas no outro espectro político, e principalmente a polarização ideológica em relação aos governantes que estavam no poder no contexto do auge da crise financeira. De todo modo, estas mudanças drásticas nas urnas demonstram o descontentamento da população com o sistema vigente nos países, e neste contexto de crise não apenas financeira, mas também política, os cidadãos podem ser influenciados pelos discursos de uma “fala forte”, empregados pelos partidos mais extremistas (SCHURSTER, 2015).

No entanto, a crise como catalisadora do ressurgimento de partidos extremistas no contexto do auge da mesma não é uma explicação unidirecional como aparenta ser. Schurster (2015) afirma que esta ideia da crise como geradora da popularidade da extrema direita remete à explicação da sociedade pela filosofia marxista da economia como norteadora da sociedade. Assim, não se descarta o fato de que em crises, no geral, pode-se haver o crescimento do radicalismo, porém, a crise financeira pende mais para o lado de catalisadora para a insatisfação popular já existente para com o sistema político de um determinado país.

---

<sup>14</sup> O partido começou a assumir, em 2012, funções policiais no país, praticando “limpeza” de imigrantes ilegais e ambulantes irregulares. Com distribuição de alimentos e vestuários para populações carentes em troca de filiação partidária, o partido começou a ser classificado como “movimento popular nacionalista” e viu seu número de aprovadores dobrar (SUL21, 2012).

<sup>15</sup> Em 2013, este partido promoveu uma manifestação antisemita no Congresso Mundial Judaico em Budapeste, afirmando “proteger os valores e interesses do país” (BBC, 2013)

O autor também apresenta a ideia do historiador Eric Hobsbawm de que para que haja sentimento de pertencimento de um conjunto de pessoas a uma nação é necessário cultura, interesses e ideologias comuns, justificando assim o debate do filósofo Jürgen Habermas de que a UE seria apenas um projeto constitucional, e não uma verdadeira união entre nações (assim como fora debatido no primeiro capítulo). Desta forma, movimentos separatistas e eurocéticos ganham espaço no cenário político europeu (SCHURSTER, 2015).

Contudo, Talving (2017) afirma que o apoio político é influenciado pelas considerações econômicas dos eleitores, sendo assim, os partidos em exercício são recompensados pelos cidadãos por performances econômicas fortes, e punidos quando a economia vai mal. A autora apresenta a teoria de “votação econômica” a opinião dos eleitores sobre competência econômica do governo é formada baseando-se em indicadores macroeconômicos, porém, durante as crises, especialmente quando é impossível apontar um único ou direto culpado pela queda econômica, algumas considerações entram na avaliação da competência dos governantes, como a forma que estes governos reagem à crise.

Dessa forma, a autora levanta uma questão interessante em relação às evidências eleitorais em relação à crise. Segundo ela, seguindo a lógica da teoria de votação econômica, por tamanho choque econômico, deveria haver punição em forma de eleição, porém, os resultados pela Europa foram variados:

O apoio popular aos partidos governantes sofreu grandes perdas, por exemplo no Reino Unido, Dinamarca, Islândia, Irlanda e vários países do sul da Europa, mas governantes em exercício foram reeleitos na Áustria em 2013, no Chipre em 2011, na Estônia em 2011, na Alemanha em 2009 e 2013, na Hungria em 2014, na Letônia em 2011 e 2014, em Luxemburgo em 2009, na Holanda em 2012, na Polônia em 2011, em Portugal em 2009 e na Suécia em 2010. Além disso, em várias ocasiões os partidos governantes até aumentaram sua parcela de votos em relação às eleições anteriores<sup>16</sup> (TALVING, 2017, p. 4, tradução nossa).

Isso revela que durante crises econômicas o mecanismo de constante acompanhamento da performance macroeconômica dos governantes é interrompido, já

---

<sup>16</sup> Do original: “Public support for governing parties suffered great losses, for example in the United Kingdom, Denmark, Iceland, Ireland and several countries in Southern Europe, but incumbents were re-elected in Austria in 2013, in Cyprus in 2011, in Estonia in 2011, in Germany in 2009 and 2013, in Hungary in 2014, in Latvia in 2011 and 2014, in Luxembourg in 2009, in the Netherlands in 2012, in Poland in 2011, in Portugal in 2009, and in Sweden in 2010. Furthermore, on several occasions governing parties even increased their vote share compared to previous elections.”

que a economia também está mal em outros lugares, gerando a concordância popular de que as condições econômicas são difíceis, além de que a natureza da crise em si é complexa, limitando a compreensão dos eleitores sobre o gerenciamento desta. Neste contexto, as políticas são alvo da atenção popular e, como na situação da UE estas são coordenadas no âmbito supranacional, há menos responsabilidade sobre os governos, mas ainda assim, a tendência é que os cidadãos atribuam o poder de decisão sobre o âmbito nacional (TALVING, 2017).

Ademais, olhando para uma comparação histórica, Funke, Schularick e Trebesch (2016) afirmam que o clima político muda substancialmente no pós-crise financeira levando a instabilidade e incertezas, tendo como perspectiva os últimos 140 anos de economia política moderna que englobam tanto crises financeiras menores quanto as mais marcantes na história. No âmbito desta comparação se destacam três fatos: é observado um aumento significativo de votos para partidos de extrema direita após crises financeiras, principalmente em comparação à extrema esquerda; há o aumento da polarização política com o enfraquecimento de maiorias governamentais, surgimento de oposições mais fortes e fracionamento de parlamentos; e por fim, há o aumento de protestos nas ruas.

De forma resumida, percebe-se que as reações eleitorais no contexto de crise variam de forma considerável, tanto com a mudança de pólos ideológicos, quanto com a busca de alternativas mais extremas no espectro político, mas que a busca por qualquer destas opções reflete um comportamento já observado anteriormente frente a outras crises. No geral, a confiança nas instituições como um todo e os níveis de satisfação variam, mas nem tanto, salvo em casos específicos. Ainda assim, a Grande Recessão de 2008 foi uma crise sem precedentes, que mesmo reproduzindo tendências históricas, está situada em um contexto de globalização, transacionalidade e multilateralismo, o que pode tornar os resultados eleitorais, e principalmente a ascensão extremista de direita, como ameaças para o bloco europeu. Diante disso, analisaremos a seguir as eleições do Parlamento Europeu de 2014.

### 3.1.3 Respostas Partidárias no Parlamento Europeu

Ao se observar as eleições do Parlamento Europeu de 2014, ano em que a crise financeira já começava a diminuir e que diversas mudanças eleitorais haviam ocorrido nacionalmente em boa parte dos países europeus, percebe-se um aumento de 18% no total de assentos no Parlamento Europeu para partidos eurocéticos comparado aos resultados

de 2009, com 135 dos 751 assentos preenchidos por esse crescente sentimento. Além disso havia uma generalização dos partidos eurocéticos vindo de países de diferentes partes da Europa e de diferentes espectros políticos, ainda que se tenha em vista que a proximidade aos extremos, tanto da esquerda quanto da direita, se traduz em mais ceticismo do que comparado a partidos mais próximos ao centro (EMANUELE; MAGGINI; MARINO, 2016).

Contudo, entre os partidos eurocéticos há certa heterogeneidade ideológica: partidos populistas e de direita tiveram maior progresso eleitoral neste contexto. Em geral estes são conservadores, xenofóbicos e geralmente se opõem ao bloco, mas os mais extremos deste âmbito político são radicais e antissemitas, por exemplo. Olhando para os países em nível individual de análise, em cinco deles não houve partidos eurocéticos (Croácia, Lituânia, Malta, Eslovênia e Espanha), porém, em uma quantidade significativa de países estes partidos receberam um alto número de votos (República Checa, Hungria, Dinamarca, Holanda, Suécia, Reino Unido, Chipre, Grécia, Itália e Portugal) (EMANUELE; MAGGINI; MARINO, 2016).

Observando o resultado do Estudo pós-eleitoral 2014 das Eleições Europeias do mesmo ano, feito pelo Eurobarómetro em 2014, alguns pontos se sobressaltam: novos temas que motivam o voto, queda no sentimento de cidadania para com a UE e desconfiança generalizada nas instituições.

Em relação às motivações para ao voto estão o desemprego, o crescimento econômico e a imigração, em 1º, 2º e 3º lugar, respectivamente, mas a questão a ser analisada nesse ponto é o crescimento da preocupação com a imigração desde as eleições de 2009, crescendo um total de 7 pontos percentuais, aumentando em 19 Estados-membros, com destaque para o Reino Unido e França (ESTUDO PÓS-ELEITORAL, 2014). Vale lembrar que o tópico da imigração é amplamente debatido pelos partidos de extrema direita e, portanto, o aumento da preocupação com este tema provavelmente está ligado ao também aumento de assentos de partidos eurocéticos radicais de direita no Parlamento.

Já levando em conta o sentimento de pertencimento e cidadania da população ao bloco, o levantamento apresenta uma queda significativa nos países mais severamente atingidos pela crise, e em relação à confiança nas instituições, essas sofrem uma queda generalizada, tanto no âmbito nacional quanto supranacional. Porém, focando no Parlamento Europeu, a opinião majoritária afirma que a instituição não tem em conta suas preocupações, sentimento esse que também aumentou consideravelmente desde 2009,

passando de 41% para 54% (ESTUDO PÓS-ELEITORAL, 2014). Esses fatos também confirmam a tendência de aumento de euroceticismo e desconfiança/descrença tanto no bloco quanto nas gestões nacionais durante a crise, o que leva para a maior abertura para partidos extremistas.

Emanuele, Maggini e Marino (2016) apresentam duas hipóteses para explicar os resultados eurocéticos nas eleições parlamentares europeias:

- (1) A primeira hipótese lida com as condições econômicas dos países europeus, levando em conta a questão de que governos em exercício foram “punidos” eleitoralmente por seu desempenho econômico, e que novos partidos (entre eles eurocéticos) se beneficiaram dos efeitos da crise - a hipótese coloca um padrão territorial para o sucesso do euroceticismo dividindo em um subgrupo os Estados devedores (Chipre, Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha) e em outro subgrupo os Estados ricos e credores (Áustria, Alemanha, Luxemburgo, Holanda) e Estados como alto status econômico fora da Zona Euro (Dinamarca, Suíça e Reino Unido). A escolha destes países se justifica pelo mal-estar social provocado pelas políticas de austeridade no primeiro caso, e o ressentimento da “obrigação” de financiar os devedores no segundo caso, ambos resultando em um terreno fértil para que partidos populistas e eurocéticos se alastrassem.
- (2) Já a segunda hipótese trata do papel do contexto político e institucional – aqui se espera que o sucesso de partidos eurocéticos se dê em maiores instabilidades no sistema partidário, ligando esta situação com a emergência e instalação, parcial ou total, de partidos novos e não convencionais. Também se espera uma melhor performance destes partidos geralmente localizados nos extremos políticos em contextos de grande polarização ideológica.

Os resultados indicam que os partidos eurocéticos atuam melhor em países ricos e credores ou em países pobres afetados pelas políticas econômicas, mas este indicador não explica todos os casos, como o da Espanha, que foi acometida por fortes impactos da crise e das políticas para contê-la, mas não teve nenhum partido eurocético eleito. Já em relação ao aspecto político, neste se demonstra que os partidos eurocéticos têm maiores chances de obter bons resultados em países com desmobilização em comparação às eleições gerais anteriores, altos níveis de instabilidade partidária, maior polarização e distância entre ideologias e sistemas eleitorais mais permissivos. Assim, este contexto

tem maior influência que o anterior na ascensão de partidos eurocéticos no Parlamento Europeu (EMANUELE; MAGGINI; MARINO, 2016).

Levando em conta todos os dados expostos acima, em relação ao âmbito supranacional, nacional e parlamentar, o que se pode dizer sobre a existência de uma identidade europeia durante a crise? Em primeiro lugar, foi percebido um aumento na desconfiança e na descrença para com o bloco no contexto da crise financeira ao longo dos anos principalmente quando os efeitos alcançavam a população no geral, porém, estes sentimentos também eram direcionados aos governos nacionais em níveis semelhantes à UE, além de serem variações estatisticamente pequenas, o que indica que a insatisfação foi generalizada e dispersa. Em segundo lugar, por mais que se observou uma ascensão de partidos ideologicamente extremistas, estes ainda não acometem uma quantidade grande da população, e variam consideravelmente entre países, sendo poucos os que possuem uma maioria de apoiadores no âmbito nacional.

Sendo assim, é possível afirmar que a identidade europeia e apego ao bloco ainda existia e prevalecia nos países da União, mesmo que a princípio pareça que os cidadãos europeus culpavam, julgaram e castigaram a UE, ocasionando em uma aversão e descrença com o projeto. Na realidade, os níveis de apoio ao bloco, mesmo com quedas no contexto da crise, ainda eram superiores aos níveis de apoio nacionais, além de se recuperarem mais rapidamente do que estes últimos. Dessa forma, acreditar que todo um sentimento de pertencimento ao bloco desapareceu frente à crise e seus efeitos é um pensamento drástico e simplista, ligando as preocupações populares unicamente aos aspectos econômicos.

Por fim, em relação ao papel da crise na ascensão de partidos de extrema direita e ideologias radicais, foi observado que existe sim uma ligação até mesmo histórica, se repetindo no fim de crises anteriores, mas também não é um fator único para tal. O que cabe maior investigação neste contexto, portanto, são os outros motivos para esse fenômeno de euroceticismo, quais seus desdobramentos e consequências atualmente que fazem essas ideologias diferentes e talvez até mais perigosas que as anteriores, e em que ponto a identidade tem ligação e pode ser moldada por esses movimentos, de forma a representar uma ameaça ao futuro do bloco. Trabalharemos todas estas questões a seguir.

## 3.2 EXTREMISMO E IDENTIDADE NA UNIÃO EUROPEIA

Como foi observado um aumento de partidos de ideologia extremista de direita no contexto pós-crise financeira de 2008, e como geralmente esse espectro político possui discursos eurocéticos, nacionalistas, xenofóbicos, entre outros, daremos um maior enfoque para esse fenômeno e seus desdobramentos. Para entender melhor a extrema direita e sua atuação na Europa, além de buscar responder os tópicos levantados anteriormente, dividiremos essa seção em duas: a primeira para explicar em um contexto geral a ideologia extremista de direita, aqui podendo ser tratada também como populismo de direita; e a segunda para analisá-la especificamente dentro da União Europeia, com suas implicações e consequências, principalmente em relação à identidade europeia.

### 3.2.1 Definindo a nova Extrema Direita

Pelo fato de que a extrema direita pode ter várias faces e terminologias, além de certa dificuldade acadêmica em distinguir e conceituar plenamente esses movimentos, é necessário que façamos aqui um aprofundamento buscando entender a amplitude deste fenômeno. Dessa forma, analisaremos suas origens e os meios em que a ideologia extremista de direita se perpetua, para que fique mais claro e para que uma correlação com o contexto apresentado anteriormente fique mais compreensível.

Assim, volta-se para o contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, com a derrota do fascismo, quando movimentos simpatizantes necessitavam buscar novas estratégias para sobreviver, o que resultou em modificações ideológicas radicais, com mudanças internas pragmáticas que visavam à adequação do contexto social em que perpetuavam, mascarando assim os ideais fascistas dentro do âmbito político e sua real ameaça. Ademais, este fascismo pós-guerra não enfatizou a continuidade das diretrizes do seu antecessor, com poucas exceções dentro da arena política (como a direita antidemocrática), apostando mais no renascimento do Mito Nacional sob nova roupagem (RODRIGUES, 2018).

Dessa forma, a mudança na centralização da ideologia configurou a nova estratégia da extrema-direita, não havendo um líder ou hierarquia, e se baseando na ideologia acima da prática, o que o torna de difícil contenção pelas medidas convencionais do Estado contra extremismo violento e permitindo sua operação livre dentro dos sistemas partidários democráticos. No entanto, a questão aqui se coloca frente

às mudanças ideológicas desse movimento, que causam tanta confusão e dificuldade para se encaixarem em uma definição única:

os elementos que rotulam tanto o fascismo quanto o neofascismo, como ultranacionalismo, xenofobia, e antiestablishment, podem por vezes, não representar todos os movimentos neofascistas europeus, assim como podem também, se assemelharem com certos movimentos conservadores, ocasionando uma certa ambiguidade. [...] Ainda que grande parte dos partidos neofascistas defendam um maior protecionismo, possuem certa lealdade com os neoliberais, tendo em vista que os neofascistas absorveram até mesmo o conceito de livre mercado [...] (RODRIGUES, 2018, p. 44)

Desde a concepção de uma categoria específica para esta ideologia, várias terminologias foram utilizadas: até 1960 se utilizava fascismo, nazismo, neofascismo e neonazismo; até meados de 1970 eram os termos radicalismo de direita e extremismo de direita, sendo este último mais adotado recentemente; e até os anos de 1980 o extremismo era ligado diretamente ao neofascismo. Ademais, na Europa especificamente, o termo extremismo de direita pode haver diferenciações dependendo do país e contexto, como na Alemanha, onde estes movimentos rejeitam o pluralismo político democrático em favor de um governo autoritário ou totalitário. Outrossim, também é comum o uso de mais de um termo de tempos em tempos ou até mesmo simultaneamente, como populismo e extremismo (HAINSWORTH, 2008).

Rodrigues (2018) também apresenta o termo “populista de direita” como a reclassificação do fascismo entre conservadores antiliberais, que são aqueles mais voltados para o etnocentrismo e a xenofobia, e que, aliados com conservadores comuns, passam a se inserir mais amplamente na gama política partidária europeia. Contudo, a ligação dos partidos neofascistas com os de extrema direita e/ou populistas de direita ainda é debatida: enquanto alguns autores argumentam que o neofascismo não prevalece no sistema partidário e que o populismo é mais aderido por seu viés neoliberal, outros confluem os elementos (mesmo que muitas vezes velados) de ultranacionalismo, racismo, xenofobia, anti-UE, entre outros, que existem tanto no fascismo clássico quanto na nova extrema-direita, relacionando ambos.

Usando a definição “populismo” para se referir a partidos ultranacionalistas, Fukuyama (2018) alerta para a ameaça da ascensão destes movimentos, já que atualmente os regimes populistas usam a democracia para enfraquecer os outros dois pilares de uma democracia liberal – Estado e Lei –, utilizando a legitimidade eleitoral para corromper o

Estado e viabilizar seus interesses próprios. O autor apresenta três características desse populismo: a busca de políticas de curto prazo e insustentáveis no longo prazo; definição da “população” que baseia a legitimidade, buscando certo grupo étnico ou racial para serem os “reais cidadãos”; e o estilo de liderança que tende a desenvolver um culto de personalidade para os líderes. Vale mencionar que nem todos os governos que foram considerados populistas se encaixam nessa definição, sendo ele de qualquer lado do espectro político, porém, uma grande parte dos discursos de extrema-direita observados atualmente parecem se encaixar em pelo menos 2 das 3 características.

Já Moghissi (2019) também afirma que essa ressurgência é alarmante, pois atores populistas de direita manipulam a raiva das pessoas sobre certas situações para obscurecer e distrair as atenções para as reais causas e implicações delas, promovendo nativismo e nacionalismo xenofóbico, causando divisão social e exclusão de grupos que se tornam alvos. Além disso, esse populismo apresenta desgosto ao sistema legal e a democracia em geral, a grandes governos e a regulação, é hostil a políticos e elites políticas, ignoram os direitos das minorias, são anti-intelectualismo, normalizam discursos e ações de ódio, misóginas e racistas, constantemente fazem ameaças e constroem um inimigo explorando o medo do diferente.

Entre os motivos para a aparição destes movimentos nos últimos 10 anos, pode-se dividir também em três:

- (1) Econômico – o modelo econômico de livre comércio que rege a economia global e que afirma que os países terão melhores resultados no agregado, também pondera que nem todos os indivíduos seguirão a mesma linha, assim se observa um declínio da classe média e trabalhadora. Além disso, trabalhadores menos qualificados de países desenvolvidos acabam “perdendo” para trabalhadores em condições semelhantes de países em desenvolvimento.
- (2) Político – a junção de regras que complicam o processo de decisão, com a participação população e a polarização de grupos, resulta em paralisação política que dificulta a governança, e essa “fraqueza” em tomar decisões e agir serve de argumento para que surjam “homens fortes” para alcançar resultados.
- (3) Cultural – o sentimento de perda econômica e falta de representatividade política das classes médias pode ser interpretado por estes como perda de status cultural, já que estes eram o grupo que definia a identidade nacional, mas estão perdendo o lugar para pessoas diferentes (imigrantes e estrangeiros) que obtém vantagem sobre eles (FUKUYAMA, 2018).

De forma geral, no entanto, a globalização acelerada, a integração europeia, os fluxos migratórios e o multiculturalismo emergem como desenvolvimentos que resultaram em respostas críticas e atentas de partidos de extrema direita (HAINSWORTH, 2008). Após esta contextualização dos movimentos extremistas, a seguir será dado um maior foco na ascensão destes exclusivamente na Europa, buscando contrapor períodos anteriores com o de pós-crise financeira, e buscando avaliar o papel da identidade europeia frente a este contexto.

### 3.2.2 A ascensão da Extrema Direita na Europa

Como tratado anteriormente, a tendência de votos para partidos de extrema direita é observada em contextos posteriores a crises financeiras e econômicas de maior ou menor escala, seguindo praticamente a mesma cronologia em diferentes anos. No entanto, Rodrigues (2018) afirma que havia o pico de votos para a extrema direita europeia no contexto de descrença popular com o *establishment* político, além de dificuldades socioeconômicas, durante o período da Guerra Fria. Ademais, a partir do fim da década 1980, esses partidos retornam ao centro das discussões políticas nacionais, possibilitando seu restabelecimento dos sistemas eleitorais europeus referente à insatisfação das massas com a classe política tradicional.

Nesse contexto dos anos de 1980, prevalece uma democracia representativa com pouca alternância de poder gerando uma capacidade de escolha limitada diante dos partidos políticos tradicionais, consequentemente gerando grande abstenção nas eleições nacionais, comprovado com o crescimento do voto em branco e nulos nas eleições europeias deste período em diante. Assim, a razão central da ascensão da extrema direita se dá pela capacidade de oferecer soluções fáceis e rápidas para situações complexas e se pautar como desvinculadas e diferentes das elites políticas, além de prevalecer em regiões com queda no setor manufatureiro, buscando uma contraposição com a economia globalizada e um ceticismo para com a UE (RODRIGUES, 2018).

Outro fator que também contribui para essa ascensão é o aumento de imigrantes e refugiados no continente europeu, com destaque para a crise de refugiados de 2015<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Em decorrência da Primavera Árabe (onda de protestos que se iniciou na Tunísia, resultando na deposição do então presidente, Zeni El Abdine Ben Ali, governante por vinte e três anos), despontaram diversos movimentos no Oriente Médio e Norte da África visando depor governos, e mais especificamente

como marco desta situação de aumento dos níveis de insegurança pública, o que legitima discursos xenofóbicos e racistas da extrema direita, que vinculam os imigrantes ao crime e desemprego crescente nos países, tornando-se relevante para a população que se sente atingida e ameaçada por essas pessoas diferentes. A isso também se engloba uma sensação de invasão cultural pela frequência dos estrangeiros em bairros, escolas e ambientes de trabalho. Essa situação se comprova com o fato de que mesmo depois da crise de 2008 os votos para a extrema direita continuam a crescer, o que desvincula a explicação unicamente econômica para o fenômeno e evidencia a ruptura com a tendência de crises anteriores (RODRIGUES, 2018).

Sobre o âmbito cultural e identitário Bordin (2016, p. 163) explica que:

[...] no contexto das sociedades pós-industriais, atualmente os valores e a cultura jogam um papel bastante decisivo na formação das preferências e dos padrões de competição política. No caso da direita radical, que surge em reação ao aparecimento de valores e atores pós-materialistas, os fatores impulsionando sua base eleitoral parecem estar situados mais no campo da cultura e da política do que da economia.

Isso não exclui a justificativa econômica, que como debatido é um fator relevante para explicar esse ressurgimento, mas o sentimento de ameaça pela competição com trabalhadores imigrantes, e a crença de que estes e o multiculturalismo também ameaçam a identidade nacional e o estilo de vida europeu, é o elemento mais predominante para a xenofobia e o racismo evidenciados na população e ampliados pela extrema direita (BORDIN, 2016).

Tratando-se especificamente do contexto imediato das eleições do Parlamento Europeu de 2014 e o “fim” da crise financeira, Löwy (2014) afirma que a tendência do crescimento da extrema direita que se observa desde 1930 na Europa se confirmou neste período de crise e até um pouco antes, e possui influência vasta contaminando a direita “clássica” e até parte da esquerda com suas ideias, que são diversas e incluem:

[...] o nacionalismo excessivo, a xenofobia, o racismo, o ódio contra imigrantes --principalmente "extraeuropeus"-- e contra ciganos (o mais

---

em 2011 começou a Guerra Civil na Síria com a divisão dos cidadãos entre aqueles que buscavam a deposição do então governante, o ditador Bashar Al-Assad, e os que desejavam sua permanência. Como consequência, o número de sírios buscando proteção internacional dobrou em 2015, alcançando 362.800, e dos 166.055 sírios na Europa em 2015, 103.975 se estabeleceram na Alemanha, seguido pela Suécia, com 18.655, e pela Áustria, com 8.255. A situação da população síria e de diversos outros da região buscando asilo no continente europeu causou a elevação sem precedentes do número de refugiados, gerando a crise em 2015 (KROHLING; MARIA, 2017).

velho povo do continente), a islamofobia e o anticomunismo. A isso pode-se acrescentar, em muitos casos, o antissemitismo, a homofobia, a misoginia, o autoritarismo, o desprezo pela democracia e a eurofobia. Quanto a outras questões --por exemplo, ser a favor ou contra o neoliberalismo ou a laicidade-- a corrente se mostra mais dividida (LÖWY, 2014, p. 1).

Um fato interessante, que converge com a questão da grande influência das ideias da extrema direita na população como um todo, é sobre os elementos desta ideologia, como o racismo, que contaminaram diversas classes sociais, e que o discurso anti-imigracionista que perdura não condiz com a realidade de parte dessa população. Isso é verdade na França com os índices de votação da Frente Nacional, por exemplo, que são altos em regiões rurais em que praticamente não há imigrantes (LÖWY, 2014).

Assim, como visto anteriormente, o autor também confirma que a crise econômica favoreceu de maneira predominante mais a direita radical do que a esquerda radical, mas que isso não necessariamente explica com totalidade esta ascensão, já que na Espanha (como se exemplificou anteriormente) a extrema direita não se sobressaiu, e na Suíça e Áustria, onde os efeitos da crise foram exponencialmente menores, a extrema direita racista ultrapassa os 20% do sistema político partidário. Ademais, fatores históricos contribuem para esse fenômeno ao se lembrar da tradição antissemita em alguns países, a cultural colonial e a persistência de correntes colaboracionistas, todos estes que existem na França, por exemplo (LÖWY, 2014).

No que diz respeito a este contexto interno, Ruzza (2019) reflete sobre a presença dos partidos eurocéticos no PE, podendo o atrapalhar os processos e o clima de consenso da União, já que a Comissão é sensível ao clima da opinião dos Estados membros e pode tender para ações mais cautelosas, atrasando ou até parando iniciativas necessárias. Ele também afirma que o sucesso recente dos partidos e movimentos populistas da direita radical influenciaram vários atores não estatais, como associações da sociedade civil, que geralmente interagem com as instituições europeias.

O autor argumenta que o populismo tem diversos impactos nas instituições da UE que vão de oposição intransigente, institucionalização de certos princípios centrais da perspectiva populista, polarização de campos organizacionais das instituições políticas e o surgimento de novas ideias para o projeto europeu. Além de que as reações tanto no âmbito institucional com o Parlamento, o Conselho e a Comissão, quanto com a sociedade civil apresentam uma polarização. Assim, para se opor ao populismo e mitigar seus impactos:

[...] a Comissão e outros atores da UE reconhecem que devem chegar a um acordo com as necessidades de proteção social que o voto populista expressa e, portanto, com a necessidade de um ethos mais igualitário e uma Europa mais social. No entanto, as respostas não incluem apenas posições de oposição, mas também em certa medida acomodação a uma visão da Europa que aceita e integra aspectos do ethos populista, como facetas de uma visão de mundo nacionalista. Apesar de tudo, a reação prevalecente da UE ao populismo continua a ser de forte rejeição<sup>18</sup> (RUZZA, 2019, P. 138, tradução nossa).

Ademais, essa reação se dá pelo forte contraste dos ideais populistas de direita com os valores fundamentais da União, impossibilitando uma conversão que “agrade” os dois lados, ou apenas que se englobe algumas partes desta ideologia, e isto se configura como o grande desafio da União Europeia para lidar com esses crescentes movimentos ao longo dos anos.

Dessa forma, foi possível perceber que as reações populares, analisadas no âmbito de sondagens de opinião, de eleições nacionais e do Parlamento Europeu demonstraram-se conflitantes, ao ponto em que se percebe claramente uma insatisfação crescente ao longo da crise, ao mesmo tempo em que a confiança na UE era maior do que nos governos nacionais. Por fim, houve a ascensão e a eleição de partidos extremistas e eurocéticos nos governos nacionais e no Parlamento, respectivamente.

---

<sup>18</sup> Do original: “[...] the Commission and other EU actors acknowledge that they have to come to terms with the needs for social protection that the populist vote expresses and, thus, with the need for a more equalitarian ethos and more social Europe. However, responses do not only include oppositional stances, but also to an extent accommodation to a vision of Europe that accepts and integrates aspects of the populist ethos, such as facets of a nationalist worldview.”

## CONCLUSÃO

Neste trabalho buscamos analisar o elemento eurocético a partir do impacto da crise financeira de 2008 na União Europeia com um enfoque para o viés identitário europeu, em que a hipótese inicial colocava à crise como fator principal para o desencadeamento de uma onda de euroceticismo pelo bloco que culminou na eleição de partidos anti-UE de extrema direita nos Parlamentos e na ampliação destes também nos governos nacionais. Para estudar esta questão dividimos o trabalho em três: explanação da formação da União e um enfoque identitário, aprofundamento dos desdobramentos da crise no bloco e análise das reações populares multiníveis, apresentando a questão extremista.

Primeiramente, a cronologia da construção do projeto de integração foi amplamente analisada, destrinchando todos os marcos e arranjos desde a primeira concepção da ideia no contexto da Segunda Guerra Mundial. A isso se seguiu o estabelecimento de comunidades econômicas e a assinatura de tratados, que gerou polarização entre os membros e mais engajamento por parte de uns mais do que de outros tanto no âmbito de governo quanto populacional, o que irá refletir nas reações frente à crise com relação à UE.

Assim, no que diz respeito à formação de uma identidade europeia - que é um sentimento de pertencimento da população ao bloco que é fator imprescindível em nações e deveria também ser na UE -, esta surge em um ponto avançado da integração, que desde o princípio foi pensada em um formato *top-down*, ou seja, das elites políticas para a população, além de que essa identidade significou no princípio uma afirmação dos valores e deveres dos Estados fundadores em relação aos futuros membros e o mundo. Essa falta de preocupação com o envolvimento e apreço dos europeus pela integração resulta na falta de sentimento de pertencimento dos cidadãos, também contribuiu para um euroceticismo e desconfiança popular no bloco em um contexto geral, que se agrava em situações críticas.

Nessa linha se insere a crise financeira de 2008, proveniente dos Estados Unidos e que ficou conhecida como crise do *subprime* com o estouro da bolha imobiliária e com a falência de bancos e instituições financeiras, forçando os Estados a tomarem medidas de austeridade e provocando desemprego em massa, entre outros impactos sociais e econômicos. A crise em si chegou à Europa em 2009 e afetou os países economicamente

mais frágeis que já possuíam diversas dívidas, como Portugal, Itália, Irlanda, Espanha e principalmente a Grécia. Essa situação levou à crise na zona euro que explodiu em 2010 trazendo um agravamento ainda maior à crise que já existia.

A União Europeia foi o alvo de críticas naquela ocasião por diversos motivos, entre eles: a demora para que medidas efetivas fossem tomadas para mitigar a crise, falta de coordenação entre os Estados resultando em ações individuais que pioraram a situação, adoção de medidas de modo universal sem diferenciar as economias dentro da zona que já eram muito discrepantes, e pouca representatividade e engajamento popular nas tomadas de decisão.

Mas o que impressiona ao se analisar as pesquisas de opinião feitas dentro do bloco durante toda a crise foi a pouca variação em relação à confiança no bloco. Claro que houve uma queda neste quesito, mas também houve em relação à confiança nos governos nacionais, que ainda assim se pautavam no imaginário popular como os principais culpados pela crise, e a confiança na UE sempre esteve acima da nacional. Porém, quando foram feitas eleições nacionais e regionais no contexto da crise e houve a eleição do Parlamento Europeu em 2014, observou-se uma elevação considerável e histórica de partidos de extrema direita em todos os âmbitos, que defendiam ideais racistas, xenofóbicos e anti-UE, os dados da crise ficam conflitantes.

O que ocorreu, neste caso, foi uma catalização pela crise de ideais extremistas de direita que já vinham ressurgindo desde 1980 por insatisfação política e cultural dos europeus. A pouca variação partidária nos países, a globalização e multiculturalismo, a adoção de valores universais, e por fim, a crise econômica, criaram um terreno fértil para que movimentos extremistas aflorassem e despertassem respostas simples para questões complexas, culpando a integração europeia, os imigrantes, a democracia, e plantando discursos de ódio e medo em populações historicamente nacionalistas e até racistas. Assim, a hipótese inicial foi negada em partes, visto que a crise foi um fator no aumento do sentimento eurocético no bloco, porém não foi o único elemento para tal.

Desta forma, foi possível perceber que a ascensão da extrema direita na Europa e o euroceticismo (ambos elementos com antecedentes históricos e, portanto, são conceitos antigos), por mais que se fortaleceram pela crise econômica, não podem ser explicados unicamente por ela, sendo assim resultado de uma conversão de questões históricas, políticas e sociais, principalmente ligada a fatores culturais e identitários, em um contexto de multiculturalismo e globalização. No mais, ainda que a crise e estes partidos no geral não tenham afetado duramente os níveis de confiança na União Europeia de forma a

enfraquecer visivelmente o bloco, é possível imaginar que a longo prazo estes ideais como um todo, e em especial o euroceticismo, podem prejudicar o projeto europeu.

Ademais, pelo recorte estabelecido e limitações de formato, certos conceitos importantes não puderam ser amplamente debatidos, como o caso do déficit democrático, as influências externas na identidade e a política externa europeia neste quesito também, além de um viés partidário mais explícito dentro do Parlamento Europeu, entre outros tópicos. No mais, esta pesquisa deixa indagações e provocações para que sejam trabalhados em outros projetos, além de abrir discussões importantes e atuais no contexto da União Europeia para as Relações Internacionais.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, João Ferreira de. Euro: Um Futuro Incerto. **Relações Internacionais**, 27, p. 93-103. Setembro 2010.

ANDRADE, Iara. **Algumas Reflexões Sobre o Conceito De Identidade Nacional**. Associação Nacional de História. XIV Encontro regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, RJ, 19 a 23 de julho de 2010.

BBC NEWS BRASIL. Entenda o Brexit e seus impactos em 8 perguntas. **BBC News Brasil**, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46335938>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BBC NEWS BRASIL. Oposição obtém vitória esmagadora em eleições na Hungria. **BBC News Brasil**, 25 abr. 2010. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100425\\_hungria\\_eleicoes\\_cq](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100425_hungria_eleicoes_cq). Acesso em: 09 nov. 2021.

BBC NEWS BRASIL. Partido húngaro reúne centenas em manifestação antissemita. **BBC News Brasil**, 4 maio 2013. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130504\\_hongria\\_protesto\\_r](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130504_hongria_protesto_r). Acesso em: 11 nov. 2021.

BEST, Antony; HANHIMAKI, Jussi; MAIOLO, Joseph; SCHULZE, Kirsten E. The rise of a new Europe: the history of European Integration, 1945-2014. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **International History of the XX century and beyond**. 3rd edition. Abingdon, Oxon: Routledge, 2015. p. 555-578.

BLIKSTAD, Nicholas Magnus Deleuse. **O projeto de integração europeu e a crise da zona do euro (2007-2013)**. UNICAMP, Instituto de Economia, Campinas, 2015.

BORDIN, João Gabriel Vieira. **Três Décadas Da Nova Direita Radical Na Europa Ocidental: Uma Revisão Da Literatura**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CARPORASO, James A.; KIM, Min-hyung; DURRET, Warren N.; WESLEY, Richard B. Still a regulatory state? The European Union and the financial crisis. **Journal of European Public Policy**, Routledge, Vol. 22, No. 7, p. 889-907. 2015.

CIAGLIA, Sarah; FUEST, Clemens; HEINEMANN, Friedrich. **What a feeling?! How to promote 'European Identity'**. EconPol POLICY REPORT 09. Munich, Germany, Vol. 2, October 2018.

CVCE. Declaration on European Identity (Copenhagen, 14 December 1973). 2013.  
DEDMAN, Martin J. **The Origins and Development of the European Union 1945-2008: A history of European integration**. Routledge, 2<sup>nd</sup> edition, 2010.

DABROWSKI, Marek. The global financial crisis: Lessons for European Integration. **CASE Network Studies & Analyses**, No. 384, Center for Social and Economic Research (CASE), Warsaw, 2009.

DEDMAN, Martin J. **The Origins and Development of the European Union 1945-2008: A history of European integration**. Routledge, 2<sup>nd</sup> edition, 2010.

DEHOUSSE, Renaud; MAGNETTE, Paul. The History of EU institutions: Six decades of institutional change. In: HODSON, Dermot; PETERSON, John. **Institutions of the European Union**. Oxford University Press, 4th edition, 2017. p. 30-51.

DHAMEJA, Nand. **Global Financial Crisis: Impact, Challenges & Way-Out**. Indian Journal of Industrial Relations, Vol. 45, No. 3, p. 336-349. Jan, 2010.

DROVES, Rochely Candaten. ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NA EUROPA: CONSEQUÊNCIAS PARA A UNIÃO EUROPEIA. **Revista Cippus**, v. 3, n. 2, UNILASALLE, Canoas-RS, p. 33-45. Nov. 2014.

DW. Partido do governo perde eleições em Portugal. **DW**, 5 jun. 2011. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/partido-do-governo-perde-elei%C3%A7%C3%B5es-em-portugal/a-15133157>. Acesso em: 11 nov. 2021.

EMANUELE, Vincenzo; MAGGINI, Nicola; MARION, Bruno. Gaining Votes in Europe against Europe? How National Contexts Shaped the Results of Eurosceptic Parties in the 2014 European Parliament Elections. **Journal of Contemporary European Research**, Vol. 12, issue 3, p. 697-715. 2016.

EMMOTT, Robin. Confiança na União Europeia está em baixa, diz pesquisa. **G1 Mundo**, Reuters, Bruxelas, 24 jul. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/confianca-na-uniao-europeia-esta-em-baixa-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 18 out. 2021.

ESTUDO PÓS-ELEITORAL 2014. **Eleições Europeias de 2014**. 2014.

EUROBAROMETER 76.1. **Crisis**. European Parliament, 2012.

EUROBARÓMETRO 74.1. **Os europeus e a crise**. Parlamento Europeu, 2010.

EUROBARÓMETRO DO PARLAMENTO EUROPEU. **A um ano das eleições europeias de 2014**. 2013.

EUROBARÓMETRO DO PARLAMENTO EUROPEU. **Crise e Governança económica V**. 2012.

EUROBARÓMETRO NORMAL. **Os europeus e a crise económica**. 2009.

EUROPEAN UNION, About Eurobarometer. S/d. Disponível em: <https://europa.eu/eurobarometer/about/eurobarometer>. Acesso em: 15 dez. 2021.

EUROPEAN UNION. **Standard Eurobarometer 94-** Winter 2020 – 2021, Public opinion in the European Union, First results. February-March 2021.

EUROPEAN COMMISSION. **From financial crisis to recovery: a European framework for action.** European Commission, Letter from José Manuel Barroso to Mr. Hans-Gert Pottinger, Bruxelles, 29 Oct. 2008.

FLIGSTEIN, Neil; POLYAKNOVA, Alina; SANDHOLTZ, Wayne. European Integrations, Nationalism and European Identity. **JCMS**, Vol. 50, No. S1, p. 106-122. 2012.

FRANCE PRESSE. Finlândia realiza eleições legislativas. **G1**, AFP, Helsinki, Finlândia, 17 abr. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/04/finlandia-realiza-eleicoes-legislativas.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

FRANCE PRESSE. Oposição socialista conquista ampla vitória nas eleições municipais em Portugal. **G1**, AFP, Lisboa, 30 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/09/oposicao-socialista-conquista-ampla-vitoria-nas-eleicoes-municipais-em-portugal.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

FREIRE, André; MOURY, Catherine. O apoio dos “Cidadãos” e das “Elites” à UE, antes e depois da crise financeira. **Relações Internacionais**, março de 2014.

FUKUYAMA, Francis. The rise of populist nationalism. In: **Research Institute**. The future of politics. Credit Suisse, Davos Edition. Zurich, Switzerland, p. 7-13. 2018.

FUNKE, Manuel; SCHULARICK, Moritz; TREBESCH, Christoph. Going to extremes: Politics after financial crises, 1870–2014. **European Economic Review**, 2016.

G1. Direita declara vitória em eleição na Grécia e propõe governo de união. **G1**, 17 jun. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/grecia-direita-pro-euro-vence-e-propoe-governo-de-uniao-nacional.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

G1. Governo socialista reconhece vitória do Partido Popular na Espanha. **G1**, 20 nov. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/governo-socialista-reconhece-vitoria-do-partido-popular-na-espanha.html>. Acesso: 09 nov. 2021.

GROS, Daniel. The Eurozone crisis and foreign debt. In: BALDWIN, Richard (ed); GIAVAZZI, Francesco (ed). The Eurozone Crisis: A Consensus View of the Causes and a Few Possible Solutions. **CEPR Press**, p. 121-128. 2015

HAINSWORTH, Paul. **The Extreme Right in Western Europe**. Routledge, 2008.

HENRIQUES, Anna Beatriz Leite. **Democracia E União Europeia: a resposta à crise da zona do Euro e o déficit democrático (2008 a 2014)**. UEPB, João Pessoa, 2016.

KROHLING, Aloísio; MARIA, Júlia Scárdua. A Crise dos Refugiados Sírios na Europa. **Revista Internacional Consinter do Direito**, Ano III – No. IV, 2017.

Disponível em: <https://revistaconsinter.com/revistas/ano-iii-numero-iv/a-crise-dos-refugiados-sirios-na-europa/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

LESSA, Antônio Carlos. **A Construção Da Europa: A Última Utopia Das Relações Internacionais**. Brasília: IBRI, 2003.

LÖWY, Michael. Dez teses sobre a ascensão da extrema direita europeia. **Folha de São Paulo**, 2014.

LUHMANN, Sybille. The European Identity Survey – a Bridge between Political Science and Psychology. Humboldt Universität zu Berlin. **Journal of Contemporary European Research**, Volume 13, Issue 3, 2017.

MCNAMARA, Kathleen R.; MUSGRAVE, Paul. Democracy and Collective Identity in the EU and the USA. **JCMS**, Vol. 58, No. 1, p. 172-188. 2020.

MOGHISSI, Haideh. Right-wing Western and Islamic populism. In: FITZI, Gregor; MACKERT, Jürgen; TURNER, Bryan S. **Populism and the crisis of democracy**. Routledge, New York, NY, Vol. 3, 2019, p. 78-93.

NELLO, Susan Senior. **The European Union: economics, policies & history**. McGraw-Hill Higher Education, 3rd Edition, p. 1-23, 2012.

PAYNE, Richard J. **Global Issues: Politics, Economics, and Culture**. Illinois State University, 5<sup>th</sup> edition, 2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A União Europeia: Os desafios, a crise e o futuro da integração**. Elsevier Editora Ltda, 2014.

PINDER, John. The European Union: A Very Short Introduction. **Oxford University Press**, Third Edition, New York, 2001.

QUÉRÉ, Agnès Bénassy-. Maastricht flaws and remedies. In: BALDWIN, Richard (ed); GIAVAZZI, Francesco (ed). **The Eurozone Crisis: A Consensus View of the Causes and a Few Possible Solutions**. CEPR Press, 2015. p. 72-84.

RFI. **Eleições Francesas 2012**. 7 maio 2012. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/geral/20120111-eleicoes-francesas-2012-rumo-ao-eliseu>. Acesso em: 09 nov. 2021.

RODRIGUES, Rodrigo Martins. **A Emergência Da Extrema Direita Nos Processos Políticos Europeus: PASSADO E PRESENTE**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Porto Alegre, 2018.

RUZZA, Carlo. Populism, EU Institutions and Civil Society. In: ANTONIOLLI, L. et all. (eds.). Highs and Lows of European Integration. **Springer International Publishing AG**, Springer Nature, 2019. p. 121-142

SCHMIDT, Vivien A. **Reinterpreting the rules 'by stealth' in times of crisis: a discursive institutionalist analysis of the European Central Bank and the European Commission.** West European Politics, Routledge, 2016.

SCHURSTER, Karl. Extremismo, Nacionalismo e Conservadorismo político: um estudo sobre o tempo presente na Europa. **Cadernos do Tempo Presente**, No. 20, p. 16-26. Jun/jul. 2015.

STRATH, Bo. A European Identity: To the Historical Limits of a Concept. **European Journal of Social Theory**, 5 (4), Sage Publications. p. 387-401. 2002.

SUL21. Em crescimento, partido neonazi exerce atividade policial na Grécia. **SUL21**, 2 out. 2012. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias/internacionalnoticias/2012/10/em-crescimento-partido-neonazista-exerce-atividade-policial-na-grecia/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SZUCKO, Angélica Saraiva. **Análise tridimensional da identidade europeia:** Desenho de pesquisa. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR, Vol. 5, No. 1, 2017.

TALVING, Liisa. **The electoral consequences of austerity:** economic policy voting in Europe in times of crisis. West European Politics, Routledge, 2017.

TERRA. Partido conservador vence eleições parlamentares na Finlândia. **Terra**, 17 abr. 2011. Disponível em: <https://www.terra.com.br/amp/noticias/mundo/partido-conservador-vence-eleicoes-parlamentares-na-finlandia,021834fee6cda310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

UOL NOTÍCIAS. Extrema direita sai fortalecida das eleições regionais italianas. **UOL Notícias**, São Paulo, 30 mar. 2010. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2010/03/30/extrema-direita-sai-fortalecida-das-eleicoes-regionais-italianas.htm>. Acesso em: 09 nov. 2021.

WHEELER, Brian. David Cameron, o primeiro-ministro que perdeu tudo ao apostar contra os eurocéticos. **BBC NEWS Brasil**, 13 jul. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36625169>. Acesso em: 10 nov. 2021.

YURTSEVER, Sükriü. **Investigating the Recovery Strategies of European Union from the Global Financial Crisis.** Elsevier Ltd, 7<sup>th</sup> International Strategic Management Conference, Procedia Social and Behavioral Sciences, p. 687-695. 2011.

**RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE**

**ANEXO I  
APÊNDICE ao TCC**

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

A estudante CLARICE CARVALHO RODRIGUES SILVA do Curso de Relações Internacionais matrícula 2018.1.0043.66-3, telefone: (62) 99963-6626, e-mail clari.c.2015@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado O RETORNO DO EUROCRETICISMO? UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA NA IDENTIDADE EUROPEIA, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 16 de dezembro de 2021.



Assinatura da autora:

Nome completo da autora: Clarice Carvalho Rodrigues Silva



Assinatura do professor-orientador:

Nome completo do professor-orientador: Danillo Alarcon